



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA
MESTRADO PROFISSIONAL
Instituição Associada
IFFluminense – Centro de Referência

FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA

THAUANA GOMES KORT - KAMP

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

2023

THAUANA GOMES KORT- KAMP

**FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, área de concentração Educação Profissional e Tecnológica, linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: D.Sc.Breno Fabrício Terra Azevedo

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

K85f Kort-kamp, Thauana Gomes, 1989-.
Formação continuada docente na perspectiva da educação inclusiva /
Thauana Gomes Kort-Kamp. — Campos dos Goytacazes, RJ, 2023.
97 p.: il. color.

Orientador: Breno Fabrício Terra Azevedo, 1973-.
Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) —
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Programa de
Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Campos dos
Goytacazes, RJ, 2023.
Inclui referências.

1. Professores - Formação. 2. Educação inclusiva. 3. Prática de ensino. 4.
Ensino profissional. I. Azevedo, Breno Fabrício Terra, 1973-, orient. II. Título.

CDD 370.71 (23. ed.)

Dissertação intitulada **Formação Continuada Docente na Perspectiva da Educação Inclusiva**, elaborada por **Thauana Gomes Kort-Kamp** e apresentada, publicamente perante a Banca Examinadora, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Fluminense - IFFluminense, na área de concentração Educação Profissional e Tecnológica, linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 05/10/2023.

Banca Examinadora:



Prof. D.Sc. Breno Fabrício Terra Azevedo
Doutorado em Informática na Educação
Instituto Federal Fluminense
Orientador



Prof. Dr. José Augusto Ferreira da Silva
Doutorado em Geografia
Instituto Federal Fluminense



Profa. Dra. Suzana da Hora Macedo
Doutorado em Informática na Educação
Universidade Estácio de Sá

DEDICATÓRIA

À memória de minha irmã.

AGRADECIMENTOS

Aos docentes e discentes do ProfEPT, turma 2020, pelos conhecimentos compartilhados e a empatia ao longo deste percurso formativo.

Ao D.Sc.Breno Fabrício Terra Azevedo pela orientação deste trabalho.

Aos docentes que compuseram as bancas de qualificação e defesa desta dissertação.

Aos docentes do IFFluminense que participaram da pesquisa e da aplicação do produto educacional.

À minha família pelo amor e apoio incondicional.

Acima de tudo, a Deus.

EPÍGRAFE

Uma escola inclusiva procura responder às necessidades de todos os alunos que a frequentam, o que exige a criação de oportunidades para que estes se sintam acolhidos e participem ativamente nas atividades escolares. Nesse sentido, a inclusão impõe mudanças importantes no modo de perspectivar o papel e as funções da escola e na maneira de desenvolver práticas pedagógicas eficazes que garantam a aprendizagem de todos (Nunes; Madureira, 2015, p.15).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –Abrangência Geográfica do IFFluminense.	35
Figura 2 – Campi de atuação dos participantes da pesquisa.	39
Figura 3 – Cursos de atuação dos participantes da pesquisa.	40
Figura 4 – Titulação acadêmica dos docentes.	42
Figura 5 – Atuação em turmas com alunos com necessidades educacionais específicas.	43
Figura 6 – Formação docente na área da educação inclusiva.	44
Figura 7 – Planejamento didático-pedagógico.	45
Figura 8 – Suporte NAPNEE.	46
Figura 9 – Planejamento institucional.	48
Figura 10 - Temáticas de interesse dos docentes.	49
Figura 11 - Tarefa Envio de arquivo.	50
Figura 12 - Possibilidades e limites de efetivação de uma educação inclusiva.	51
Figura 13 - Página inicial do AVA - Moodle do IFFluminense.	54
Figura 14 - Tópico Geral.	55
Figura 15 - Semana 1: Capacitismo.	60
Figura 16 - Semana 2 - Aspectos históricos e legais da educação inclusiva.	61
Figura 17- Semana 3 - Acessibilidade Pedagógica.	62
Figura 18 - Tarefa envio de arquivo.	63
Figura 19 - Semana 4: Formação docente e inclusão.	65
Figura 20 - Avaliação do produto educacional.	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Guia do curso Introdução à Inclusão e Acessibilidade Pedagógica	56
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVA - Ambientes Virtuais de Aprendizagem.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

DUA- Desenho Universal para Aprendizagem

EPT – Educação Profissional e Tecnológica.

EPTNM - Educação Profissional Técnica de Nível Médio

IFFluminense - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.

NAPNEE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas.

PROFEPT - Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é contribuir para o processo de formação continuada dos docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, na perspectiva da educação inclusiva, visando a inclusão e acessibilidade pedagógica dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. No percurso metodológico desta pesquisa utilizou – se a abordagem qualitativa. Quanto à natureza e objetivos, classifica-se como uma pesquisa aplicada, de cunho exploratório e descritivo, utilizando os procedimentos da pesquisa bibliográfica e documental. A efetivação de um processo educacional inclusivo, que ofereça as condições adequadas para o acesso, permanência, participação e a aprendizagem dos alunos que demandam atendimento e acompanhamento educacional específico está condicionada à formação docente continuada, tendo em vista os aspectos teóricos, práticos e atitudinais de uma prática pedagógica inclusiva. Embora a garantia de um processo educacional inclusivo esteja respaldada legalmente, na prática, a comunidade escolar ainda enfrenta alguns desafios para essa efetivação. A concepção de ensino integrado desenvolvido pelos institutos federais visa propiciar uma formação humana integral, haja vista a integração das diversas capacidades dos alunos: trabalho, educação intelectual e corporal, estética e artística, cultural, política, científica e tecnológica. Nessa perspectiva, exige-se uma formação docente coerente com essa concepção de ensino integrado, bem como o diálogo contínuo entre os conhecimentos específicos e os didáticos, políticos e pedagógicos. Nesse sentido, apresenta-se como proposta de produto educacional a elaboração e aplicação do curso de formação continuada, modalidade a distância, denominado “Introdução à Inclusão e Acessibilidade Pedagógica”, aplicado aos docentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFFluminense. Portanto, considerando que a formação docente continuada mostra-se imprescindível para consolidação de um processo educacional inclusivo e capaz de acolher as diversidades presentes nos espaços educacionais. A materialização do produto educacional em forma de curso justifica-se pela necessidade de ampliar os espaços voltados à formação docente.

Palavras-chave: Formação Docente. Educação Profissional e Tecnológica. Educação Inclusiva.

TEACHER TRAINING FROM THE PERSPECTIVE OF INCLUSIVE EDUCATION.

ABSTRACT

The general objective of this research is to contribute to the process of continuing education of teachers of the Federal Institute of Education, Science and Technology Fluminense, in the perspective of inclusive education, aiming at the inclusion and pedagogical accessibility of students with disabilities, global developmental disorders and high skills or giftedness. The methodological path of this research used the qualitative approach. Regarding the nature and objectives, it is classified as an applied research, of an exploratory and descriptive nature, using the procedures of bibliographic and documentary research. The implementation of an inclusive educational process, which offers the appropriate conditions for the access, permanence, participation and learning of students who demand specific educational care and monitoring is conditioned to continuing teacher training, in view of the theoretical, practical and attitudinal aspects of an inclusive pedagogical practice. Although the guarantee of an inclusive educational process is legally supported, in practice, the school community still faces some challenges for this implementation. The concept of integrated education developed by the federal institutes aims to provide an integral human formation, given the integration of the various capacities of the students: work, intellectual and corporal education, aesthetic and artistic, cultural, political and scientific technological. In this perspective, a consistent teacher training with this conception of integrated teaching is required, as well as the continuous dialogue between specific knowledge and didactic – political – pedagogical. In this sense, it is presented as a proposal for an educational product the elaboration and application of the continuing education course, distance modality, called "Introduction to Inclusion and Pedagogical Accessibility", applied to the teachers of the technical courses integrated to the high school of IFFluminense. Therefore, considering that continuing teacher education is essential for the consolidation of an inclusive educational process capable of welcoming the diversities present in educational spaces. The materialization of the educational product in the form of a course is justified by the need to expand the spaces focused on teacher training.

Keywords: *Teacher Training. Professional and Technological Education. Inclusive Education.*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONCEPÇÃO DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL.....	18
2.2 FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	20
2.3 ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	25
2.4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS: A PROPOSTA DE DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM.....	28
2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	30
2.6 CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA SÓCIO - HISTÓRICA DE VYGOTSKY PARA FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA INCLUSIVA.....	32
3. METODOLOGIA.....	34
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	38
5. PRODUTO EDUCACIONAL.....	52
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS.....	70
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE	75
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DOCENTE.....	77
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	81
APÊNDICE D – PRODUTO EDUCACIONAL.....	83
ANEXO A: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	101

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação está vinculada ao Programa de Pós - Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT e incorporada à linha de pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica - EPT, estruturada no Macroprojeto de Pesquisa e Desenvolvimento: Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT.

O objetivo geral desta pesquisa é contribuir para o processo de formação continuada, na perspectiva da educação inclusiva, dos docentes que atuam nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - IFFluminense, visando à inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Quanto aos objetivos específicos, buscou-se Identificar a trajetória acadêmica, no campo da educação inclusiva, dos docentes que atuam nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFFluminense; Elaborar e aplicar um curso para formação continuada dos docentes, na perspectiva da educação inclusiva e Analisar e discutir os resultados provenientes da realização do curso de formação continuada, na modalidade a distância, denominado: Introdução à Inclusão e Acessibilidade Pedagógica.

A definição da temática desta pesquisa foi motivada pelas vivências profissionais, enquanto pedagoga do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro – DEGASE e como Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal Fluminense – UFF. Embora essas experiências profissionais não tenham ocorrido no âmbito da educação profissional e tecnológica, mas, sim, na educação básica e no ensino superior, respectivamente, a atuação no atendimento pedagógico aos alunos e professores, tendo em vista as demandas de atendimento às necessidades educacionais específicas dos alunos atendidos por essas instituições, geraram uma inquietação e a busca pela compreensão dos aspectos necessários para a efetivação de uma prática educacional inclusiva.

Desse modo, questões como acessibilidade, uso de recursos pedagógicos que favoreçam o processo de ensino - aprendizagem, flexibilização e adaptação curricular permeiam essas práticas profissionais e contribuíram para a escolha da temática trabalhada nesta pesquisa.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – IFFluminense foi definido como campo de investigação e desenvolvimento desta pesquisa, tendo em vista o alinhamento das modalidades educacionais ofertadas pelo instituto com a linha de pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi instituída pela Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, no seu art.2º, define os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino” (Brasil, Lei nº 11.892, 2008).

A expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica permitiu a ampliação do acesso aos jovens e adultos a uma educação de qualidade e a redução das desigualdades de acesso à educação profissional. Conforme exposto por Pereira e Cruz (2019),

Potencialmente, à política de expansão e à criação dos Institutos Federais se opõe a lógica da localização concentrada e segregadora dos equipamentos públicos, da oferta de formação profissional em todos os níveis e, enfim, do acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento cultural. Seus quadros dirigentes, docentes e técnico-administrativos deverão incorporar o debate sobre a construção do desenvolvimento às escalas local e regional, como dimensão de um projeto nacional de desenvolvimento (Pereira; Cruz, 2019, p.15).

A expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica e a implementação do ensino médio integrado são passos importantes na superação da histórica divisão do trabalho entre as atividades voltadas para execução e as atividades de planejamento e direção. E da superação de uma formação humana fragmentada, que visa atender, exclusivamente, as demandas do mercado.

O ensino médio integrado ao ensino técnico deve ser compreendido dentro de uma perspectiva de educação politécnica. De acordo com Ramos, a politecnia

“[...] é materializada a partir do momento em que proporciona aos educandos o acesso a fundamentos científico-tecnológicos, sócio - históricos e culturais da produção moderna, o que permite a realização, de forma mais consciente e autônoma, de suas escolhas profissionais.” (Ramos, 2014, p. 209).

Portanto, a educação integrada deve ser pensada dentro de um conceito mais amplo, que não se limite à forma de articulação entre ensino médio e educação profissional. Essa integração, voltada para formação integral do aluno, apresenta-se

como fundamental para a superação da dualidade educacional e de classes (Ciavatta, 2014).

Dessa forma, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de desenvolver ações direcionadas à efetivação de um processo educacional inclusivo, que ofereça condições adequadas para o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos alunos. A adoção de práticas pedagógicas inclusivas, com a utilização de métodos e técnicas pedagógicas, materiais didáticos, o uso de recursos da tecnologia assistiva (Brasil, Lei nº 13.146, 2015), entre outras, precisam estar condicionadas à capacitação docente.

A educação inclusiva não está limitada ao ingresso do aluno em uma instituição educacional. A inclusão pressupõe práticas pedagógicas que respeitem as diferenças, as possibilidades e limites dos alunos, tendo em vista uma escola que acolha a diversidade, portanto a formação continuada do corpo docente é imprescindível para pensar os aspectos teóricos, práticos e atitudinais de uma prática pedagógica inclusiva, com a garantia da acessibilidade pedagógica, conforme previsto nos instrumentos normativos voltados a essa temática.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC - SEESP, 2008) tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Essa inclusão demanda do poder público iniciativas destinadas para a formação continuada dos docentes, acessibilidade arquitetônica, aquisição de recursos pedagógicos, de tecnologia assistiva e de acessibilidade (Brasil, Lei nº 13.146, 2015).

Garantir um processo de ensino e aprendizagem inclusivo que atenda às necessidades individuais dos educandos que demandam atendimento educacional específico requer capacitação dos professores, conforme expõe a Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, artigo 59, ao estabelecer que os sistemas de ensino assegurem aos alunos “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (Brasil, Lei nº 9.394, 1996).

Nesse sentido, a presente pesquisa será guiada pela seguinte problemática: “Como a formação continuada dos professores do Instituto Federal Fluminense, no

âmbito da educação inclusiva, interfere na efetivação de uma prática pedagógica inclusiva?”.

Haja vista o desenvolvimento desta pesquisa no âmbito de um programa de mestrado profissional, que exige a elaboração e aplicação de um produto educacional vinculado ao relatório de pesquisa, foi desenvolvido e aplicado o curso de formação continuada, na modalidade a distância, denominado: Introdução à Inclusão e Acessibilidade Pedagógica.

O produto educacional teve como público - alvo os docentes que atuam nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, na abrangência do IFFluminense.

As tecnologias digitais de informação e comunicação estão reconfigurando os processos de ensino e aprendizagem, potencializando os recursos da modalidade a distância e contribuindo para auxiliar na formação continuada dos docentes.

Desse modo, a escolha da materialização do produto educacional em forma de curso a distância justifica-se pela necessidade de pensar e oferecer espaços de formação continuada, que permitam a construção do conhecimento tecido coletivamente, com possibilidades de interatividade, bem como a realização de atividades autorais e críticas pelos docentes.

Nesse sentido, para aplicação do produto educacional foi utilizada a Plataforma de Educação a Distância - Moodle do IFFluminense.

Esta dissertação está estruturada em seis capítulos, sendo a introdução o primeiro, com a apresentação da temática, objetivo, problematização, bem como a contextualização do campo de pesquisa.

No segundo capítulo, o referencial teórico, com a apresentação da estrutura conceitual que embasou esta pesquisa, tendo em vista as seguintes temáticas: Educação Profissional e Tecnológica: concepção da formação humana integral; Formação docente continuada no campo da educação inclusiva; Os aspectos legais da educação inclusão; Práticas pedagógicas inclusivas: a proposta de Desenho Universal para Aprendizagem; Considerações sobre educação inclusiva no âmbito da educação profissional e tecnológica e as Contribuições da teoria sócio - histórica de Vygotsky para formação docente na perspectiva inclusiva.

No terceiro capítulo, será abordado o percurso metodológico que subsidiou o desenvolvimento desta pesquisa, com a especificação das técnicas, dos

procedimentos metodológicos e éticos, a definição dos participantes da pesquisa e dos instrumentos de coleta e análise dos dados.

No quarto capítulo, resultados e discussões, será apresentado a análise dos dados coletados durante a pesquisa.

No quinto capítulo, será apresentado o produto educacional, um curso de formação continuada na modalidade a distância, denominado: Introdução à Inclusão e Acessibilidade Pedagógica.

No sexto capítulo, as considerações finais desta dissertação.

Encerrando-se com os elementos pós textuais: referências, apêndices e anexos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONCEPÇÃO DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

Haja vista o desenvolvimento desta pesquisa no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica – EPT. É importante conceituar, ainda que de forma breve, a educação integrada proposta na rede federal de educação, visando à compreensão de que a concepção de formação integrada, enquanto concepção de formação humana, supera a forma de articulação entre ensino médio e técnico.

A compreensão da base conceitual da EPT é essencial para pensarmos a formação docente no campo da educação profissional e tecnológica, tendo em vista as especificidades das instituições de EPT. De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005),

No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos focar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p.2).

Nesse sentido, compreender o trabalho como princípio educativo é compreender a indissociabilidade entre trabalho, ciência e cultura (Ramos, 2012). Necessária para a superação da histórica divisão do trabalho entre as atividades voltadas para execução e as atividades de planejamento e direção, bem como a superação de uma formação humana fragmentada, que visa atender as demandas imediatistas do mercado.

Para Della Fonte, “[...] a formação humana se dá no trabalho, porque, no fundo, o trabalho é, ele próprio, agir formativo” (Della Fonte, 2018, p.16), portanto, a educação tem origem na formação do próprio homem, formação que se configura a partir das produções humanas, da sua relação com a natureza e da sua transformação, ou seja, a partir do trabalho (Saviani, 2007).

As condições históricas determinantes da divisão entre trabalho manual e trabalho mental perpetuam até a atualidade, bem como o papel da escola enquanto espaço de reprodução dessa dicotomia. Desse modo, a luta por uma formação

omnilateral, que permita o desenvolvimento do ser humano por inteiro, integrando suas diversas capacidades (trabalho, educação intelectual e corporal, estética e artística, cultural, política e científico tecnológico) busca superar essa divisão entre escola e trabalho (Della Fonte, 2018).

A compreensão do trabalho como princípio educativo, para Moura (2014), deve ser incorporada aos currículos de formação docente, haja vista a unidade entre teoria e prática e a reflexão sobre os aspectos do trabalho, da cultura e das relações sociais inerentes a esse princípio (Moura, 2014).

A rede federal de educação profissional, científica e tecnológica exerce um papel importante nesse projeto de integração entre ensino médio e educação profissional, tendo em vista uma formação omnilateral, que visa integrar as diversas capacidades dos sujeitos.

Oliveira (2017) coaduna com a concepção de ensino médio integrado ao defender uma escola “que favorece a autonomia do professor e que tem por contribuir para a educação omnilateral de pessoas que sejam autônomas, cidadãos críticos e propositivos, nos âmbitos individual e coletivo.” (Oliveira, 2017, p. 49).

Dentro dessa perspectiva de formação humana integral, Oliveira (2017) defende uma escola que acolha a diversidade, aberta ao debate e à análise crítica do processo de ensinar e aprender. Uma escola coerente com “Uma educação que contribui para uma formação social comprometida com a humanização dos seus sujeitos, com a luta contra a exploração, a dominação, a exclusão, em âmbito mundial, e tendo a consciência crítica da educação como direito.” (Oliveira, 2017, p. 49).

Frigotto e Araújo (2018) trazem importantes concepções e proposições sobre o ensino integrado. Para os autores,

Não apenas uma forma de oferta da educação profissional de nível médio, o ensino integrado é uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos o acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais (Frigotto; Araújo, 2018, p. 249).

Nessa perspectiva, o ensino integrado traz intencionalidades político – pedagógico e um comprometimento com a superação de práticas educativas fragmentadas. A concepção de ensino integrado, tendo em vista uma perspectiva de formação humana integral, busca promover a autonomia intelectual e política dos professores e dos alunos.

Desse modo, é necessária uma formação docente coerente com a proposta de ensino médio integrado à formação profissional. Exercer a função docente dentro dessa perspectiva de formação humana integral exige uma formação que mantenha os conhecimentos específicos e os didáticos – político - pedagógico em diálogo contínuo (Moura, 2014).

2.2 FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, definidas na Resolução nº 6 de 2012, estabelece que a formação docente inicial para atuação na educação profissional técnica de nível médio deve ser realizada no âmbito dos cursos de graduação e programas de licenciatura, porém essa formação inicial “não esgota as possibilidades de qualificação profissional e desenvolvimento dos professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio [...]” (Resolução nº 6, 2012, p.12).

A Resolução CNE/CP Nº 1, de 06 de Maio de 2022, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM - Formação) e estabelece em seu artigo 6º que

A Formação Continuada de Professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio é entendida como componente essencial da sua profissionalização, na condição de orientadores dos estudantes nas trilhas da aprendizagem e de agentes do desenvolvimento de competências para o trabalho, visando o complexo desempenho da prática social e laboral (Resolução CNE/CP Nº 1, 2022, p.3).

As competências profissionais delineadas na EPTNM - Formação possuem três dimensões essenciais para ação docente no âmbito da educação básica: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional.

No que concerne aos cursos e programas para a formação continuada de professores, a Base Nacional Comum para Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC - Formação Continuada) apresenta as seguintes atividades formativas voltadas ao desenvolvimento profissional docente:

- I - Cursos de Atualização, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas;
- II - Cursos e programas de Extensão, com carga horária variável, conforme respectivos projetos;
- III - Cursos de Aperfeiçoamento, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas;
- IV - Cursos de pós-graduação lato sensu de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, de acordo com as

normas do CNE;

V - Cursos ou programas de Mestrado Acadêmico ou Profissional, e de Doutorado, respeitadas as normas do CNE, bem como da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
(Resolução CNE/CP N° 1, 2020, p. 6)

Dessa forma, considerando que a EPTNM – Formação (2022) estabelece que a especificidade da atuação docente na EPTNM exige do docente o desenvolvimento de competências pedagógicas, competências específicas da sua área de atuação, bases científicas e tecnológicas, bem como atitudes e valores da cultura do trabalho (EPTNM – Formação, 2022). Delinearemos o tema com foco na competência pedagógica, tendo em vista a formação continuada docente na perspectiva da educação inclusiva.

A formação docente continuada no âmbito da educação inclusiva implica na ressignificação da prática pedagógica, tendo em vista o papel da educação, da escola e dos professores. Para Mantoan (2002) a educação inclusiva não cabe dentro do paradigma tradicional de educação, marcado por práticas pedagógicas excludentes.

Desse modo, para Mantoan “[...] uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional” (Mantoan, 2002, p. 43).

Alinhado a esse pensamento, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva reconhece que a construção de um sistema educacional inclusivo, estruturado na concepção de direitos humanos com a indissociabilidade dos valores de igualdade e diferença, implica em mudanças estruturais e culturais dos sistemas educacionais (MEC - SEESP, 2008).

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão (MEC, SEESP, 2008, p. 05).

Desenvolver uma prática pedagógica inclusiva requer do professor um planejamento didático-pedagógico que considere a diversidade dos alunos que serão atendidos. Esse planejamento deve permitir a autonomia e participação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, por exemplo, com o uso de métodos e técnicas pedagógicas, com o uso de materiais didáticos acessíveis e de recursos da tecnologia assistiva (Brasil, Lei

nº 13.146, 2015).

Embora a garantia de um processo educacional inclusivo esteja respaldada legalmente, garantir a participação, aprendizagem e continuidade dos alunos que demandam atendimento educacional específico ainda é um grande desafio enfrentado por toda comunidade escolar.

A formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão, bem como dos professores do ensino regular capacitados para a integração dos educandos nas classes comuns, ainda não se efetiva na prática. Conforme esclarecem Borges, Silva e Leal (2019),

É fato que o Brasil avançou nos últimos anos em relação à inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular, garantindo pelo menos, o acesso democrático ao ensino, entretanto, ainda falta muito para que o conceito de inclusão seja aplicado verdadeiramente no sistema de ensino regular. Mas, constatamos que, ainda há muito que ser realizado para que sejam alcançados padrões de qualidade relevantes a uma educação de qualidade. (Borges, Silva e Leal, 2019, p. 152)

A preparação dos professores para consolidação de uma escola inclusiva inicia, segundo Sartoretto (2011), pela possibilidade e desafio de acolher as diferenças e buscar novas respostas educativas. Como expõe Sartoretto (2011),

Formar professores para essa escola significa formar para atuar com o múltiplo, com o heterogêneo, com o inesperado mudando nossa maneira de planejar, de ministrar as aulas, de avaliar, de pensar a gestão da escola e das relações dos professores com seus alunos. Nesse processo de mudança, o diálogo, a conscientização do papel do professor e da escola, a utopia, que segundo Paulo Freire significa o inédito viável, deverão permear todo trabalho educativo assegurado pela constituição [...] (Sartoretto, 2011, p. 44).

Para Figueiredo (2011), a escuta é um importante aspecto da formação dos professores, assim como o respeito aos diferentes percursos profissionais, pessoais e formativos. A autora salienta que a formação dos professores deve acontecer no espaço coletivo e de reflexão sobre a prática pedagógica desses professores (Figueiredo, 2011).

As contribuições de Figueiredo (2011) coadunam com uma das características da formação continuada, necessárias a eficácia da melhoria da prática docente, apresentada no art.7º da BNCC - Formação Continuada: “Trabalho colaborativo entre pares - a formação é efetiva quando profissionais da mesma área de conhecimento, ou que atuem com as mesmas turmas, dialoguem e reflitam sobre aspectos da própria prática, mediados por um com maior senioridade” [...] (Resolução CNE/CP Nº 1, 2020, p.5).

Oliveira (2017) também defende a ampliação do diálogo entre os pares, a pesquisa dos saberes e as práticas pedagógicas dos docentes, bem como o comprometimento com uma formação continuada sistematizada, tendo em vista a elaboração de políticas voltada à formação de professores para educação profissional.

Aspecto defendido também por Pires (2019) ao abordar a temática da formação e atuação docente na EPT. De acordo com a autora,

Uma alternativa para que a formação docente na EPT se efetive passa necessariamente pelo espaço de atuação do docente. Os IFs, de maneira particular, guardam a potencialidade de fomentar essa formação, dada a qualificação de seu quadro docente e as condições de trabalho com que contam. Iniciativas como programas de desenvolvimento profissional docente são capazes de, partindo das necessidades formativas reais e locais, propor formações que contemplem diferentes aspectos da prática pedagógica na EPT (Pires, 2019, p. 12).

Nesse sentido, o diálogo entre os pares e o planejamento dos cursos e programas voltados à formação docente devem estar alinhados aos contextos de atuação profissional e suas demandas de formação.

Essa contextualização e atendimento às demandas dos sistemas educacionais é apresentada em uma das metas do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei N° 13.005/2014, que determina entre suas metas para a política educacional no período de 2014 a 2024:

META 16 Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (Brasil, Lei N° 13.005, 2014).

Entre as Estratégias definidas para a Meta 16 pode-se destacar:

16.1) realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

16.3) expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

16.4) ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;

16.5) ampliar a oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e das professoras e demais profissionais da educação básica (Brasil, Lei nº 13.005, 2014).

Um modelo educacional inclusivo envolve aspectos como decisão política, opção filosófica, visão de educação, concepção diferenciada dos processos de desenvolvimento e valorização da singularidade. Nesse sentido, a concepção de inclusão direciona as políticas, os currículos, os processos avaliativos, os espaços físicos e os recursos humanos na reorganização para atender as peculiaridades de todos (Lobão, 2019).

A formação permanente é uma imprescindibilidade da educação inclusiva e implica na construção do espaço pedagógico da diversidade. Uma formação que perpassa os aspectos teóricos, práticos e atitudinais de uma prática pedagógica inclusiva. Conforme expõe Miranda e Filho *apud* Pereira (2020),

A inclusão educacional requer professores preparados para atuar na diversidade, compreendendo as diferenças e valorizando as potencialidades de cada estudante de modo que o ensino favoreça a aprendizagem de todos. A inexistência desta formação gera o fenômeno da pseudoinclusão, ou seja, apenas da figuração do estudante com deficiência na escola regular, sem que o mesmo esteja devidamente incluído no processo de aprender. Estar matriculado e freqüentando a classe regular não significa estar envolvido no processo de aprendizagem daquele grupo (Miranda; Filho, 2012, p. 140, *apud* Pereira, 2020).

Para Borges, Silva e Leal (2019), no que concerne à formação pedagógica do professor, verifica-se a existência de lacunas no processo de formação para educação inclusiva e também na ressignificação do papel da escola, portanto, sem consonância com as políticas de inclusão. Os autores destacam que “o paradigma da inclusão chegou de forma impositiva para o professor, com muito pouco apoio e pouca ou insuficiente formação inicial ou continuada.” (Borges; Silva; Leal, 2019, p.153).

Teixeira e Vianna (2020) consideram a formação inicial e continuada dos professores como principal desafio para efetivação da cultura da inclusão nos sistemas educacionais. “Ademais, se a formação de professores não for pensada e adequada nos contextos educacionais que vêm se delineando na atualidade continuaremos enfrentando grandes dificuldades para construir efetivamente uma escola democrática e inclusiva” (Antunes; Glat, 2011, p.198 *apud* Teixeira; Vianna, 2020, p. 45).

Isso posto, os processos de formação docente devem partir do diálogo e da

identificação das reais necessidades de formação do corpo docente, considerando que o aporte teórico acerca da educação inclusiva apresenta a formação docente como aspecto imprescindível para a efetivação de uma prática pedagógica inclusiva.

2.3 ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Declaração de Salamanca, Princípios, Política e Prática em Necessidades Educativas Especiais, publicada em 1994, no que concerne a estrutura de ação em educação especial, compreende que:

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (Declaração de Salamanca, 1994, p. 3).

Desse modo, a educação inclusiva pressupõe um sistema educacional capaz de atender com qualidade às necessidades educacionais de todos os seus alunos. Essa inclusão não está restrita, por exemplo, aos alunos com deficiência, mas, sim, uma educação que atenda a diversidade humana presente nas escolas e esteja preparada para superar as barreiras de acesso à escolarização, sejam elas física, social, econômica, psicológica, entre outras (Ferreira, 2005).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) estabelece entre os seus princípios: a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e o respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.

No capítulo V é abordada a educação especial, definida pela Lei 9.394 como a “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, Lei nº 9.394, 1996).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define os alunos com deficiência como “aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual e sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.” (Brasil, MEC - SEESP, 2008, p. 9).

Enquanto os alunos com transtornos globais de desenvolvimento “são aqueles

que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo.” (Brasil, MEC - SEESP, 2008, p.15). Podemos incluir nesse grupo os alunos “com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil.” (MEC - SEESP, 2008, p.15).

Já os alunos com altas habilidades ou superdotação são aqueles que apresentam “potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.” (Brasil, MEC – SEESP, 2008, p. 15).

Nessa perspectiva, os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, conforme o artigo 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,

- currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;
- terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (Brasil, Lei nº 9.394, 1996).

No âmbito educacional, a acessibilidade visa eliminar as barreiras para participação efetiva dos estudantes nos processos de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, compete aos sistemas de ensino oferecer as condições adequadas para o atendimento às necessidades educacionais de todos “mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações.” (Brasil, MEC - SEESP, 2008, p.11).

Conforme definido na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva

da Educação Inclusiva (MEC - SEESP, 2008), para realização do atendimento educacional especializado as instituições devem contar com a atuação de profissionais com formação específica nas áreas de ensino da:

Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do Soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros (Brasil, MEC - SEESP, 2008).

O atendimento educacional especializado visa “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas.” (BRASIL, MEC - SEESP, 2008).

O atendimento educacional especializado complementa e/ou suplementa o processo formativo, portanto não deve ser confundido com as atividades realizadas na sala de aula regular (MEC - SEESP, 2008).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, elaborada pela Secretaria de Educação Especial, visa assegurar a inclusão escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. As ações dessa política buscam orientar os sistemas de ensino para garantia do acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino.

Entre as ações desenvolvidas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, destaca-se a promoção da formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação, bem como a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (MEC - Seesp, 2008).

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Ao abordar o direito à educação, apresenta em seu artigo 28 as incumbências do poder público para assegurar um sistema educacional inclusivo com condições que garantam o acesso e permanência, entre eles, a oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena, projeto pedagógico que

institucionalize o atendimento educacional especializado, pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva, adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação (Brasil, Lei nº 13.146, 2015).

Para fins de aplicação da Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), a acessibilidade é definida como:

(...) possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, Lei nº 13.146, 2015, p. 1).

A partir do exposto, é possível inferir que existe uma base legal que busca regulamentar, estabelecer princípios, bem como nortear a atuação dos sistemas de ensino na garantia de um processo educacional inclusivo.

Nessa perspectiva, a formação continuada dos professores tem sido um ponto de convergência para a efetivação de uma prática pedagógica que garanta a igualdade de acesso, permanência e aprendizagem dos alunos que demandam atendimento educacional específico.

2.4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS: A PROPOSTA DE DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM.

O conceito de Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) é uma tradução do conceito *Universal Designer Learning (UDL)*, surgido nos Estados Unidos em 1999. Zerbato e Mendes (2018) apresentam a seguinte definição para esse conceito: “O DUA consiste na elaboração de estratégias para acessibilidade de todos, tanto em termos físicos quanto em termos de serviços, produtos e soluções educacionais para que todos possam aprender sem barreiras” (Zerbato; Mendes, 2018, p. 149).

A proposta de Desenho Universal para Aprendizagem – DUA surge em resposta à necessidade de transformar as escolas em espaços inclusivos e que possibilitem a participação e aprendizagem de todos os alunos. Nesse sentido, o

DUA visa eliminar as barreiras pedagógicas que possam impedir um processo de ensino e aprendizagem de qualidade voltado a todos os estudantes (Zerbato; Mendes, 2018).

Desse modo, o desenvolvimento de uma prática pedagógica inclusiva, estruturada no DUA, passa pela análise do projeto político pedagógico e do currículo das escolas, porque passa pela (re) organização do processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista os seguintes aspectos: participação de toda comunidade escolar, uso dos recursos tecnológicos, humanos e materiais, planejamento educacional individualizado, entre outros. Para Zerbato e Mendes (2018),

Neste sentido, o DUA pode ser um aliado em potencial do trabalho colaborativo para o favorecimento da inclusão escolar, pois converge em um objetivo comum: a construção de práticas pedagógicas acessíveis para a escolarização de todos em sala de aula do ensino comum por meio da parceria colaborativa entre professor de ensino comum e Educação Especial e/ou outros profissionais especializados (Zerbato; Mendes, 2018, p. 154).

Um dos princípios orientadores do Desenho Universal para aprendizagem é que “ Cada indivíduo é único e, conseqüentemente, isso nos remete para os estilos, ritmos e modos singulares de aprendizagem em cada indivíduo” (Zerbato e Mendes, 2018, p. 150). Portanto, é necessário pensar formas diversificadas de ensinar, visando ampliar as possibilidades de uma aprendizagem efetiva de todos os estudantes atendidos pela escola.

Nessa perspectiva, o DUA funciona como um modelo de intervenção, tendo em vista a construção de um currículo que responda à diversidade e assegure o acesso, participação e aprendizagem. Nunes e Madureira (2015) consideram o DUA como uma competência a ser desenvolvida pelos docentes, portanto, envolve a necessidade de formação. De acordo com Nunes e Madureira (2015),

É importante flexibilizar não só o acesso à escola, à sala de aula e ao currículo, mas também o acesso aos recursos que os alunos necessitam para aprender. Através de abordagens flexíveis, personalizadas e adequadas às necessidades individuais, o DUA permite definir objetivos educativos e equacionar estratégias, materiais e formas de avaliação pertinentes para todos os alunos, e não apenas para alguns (Nunes; Madureira, 2015, p. 8).

Proporcionar múltiplos meios de envolvimento, representação, ação e expressão são os princípios norteadores do Desenho Universal para Aprendizagem. Esses princípios estão relacionados às diversas formas em que os alunos se motivam, participam, compreendem o conteúdo e expressam os conhecimentos que adquiriram. Compreender esses princípios permite que o professor planeje um

processo de ensino - aprendizagem coerente com as necessidades individuais de cada aluno.

2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.

A reserva de vagas para o ingresso de pessoas com deficiência nos institutos federais de ensino técnico de nível médio ocorreu a partir da alteração da Lei nº 12.711/2012 pela Lei nº 13.409/2016, que dispõe sobre a reserva de vagas para esses alunos, conforme seu artigo 5º,

Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por auto declarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE (Brasil, Lei nº 13.409, 2016, p. 1).

No âmbito do Instituto Federal Fluminense existem algumas diretrizes voltadas ao processo seletivo e de ingresso desses alunos, por exemplo, a Comissão de Processo Seletivo Acessível. Essa comissão multicampi visa garantir a acessibilidade aos candidatos que precisam de atendimento educacional especializado “[...] que requeiram a disponibilização de recursos humanos, materiais e/ou uso de dispositivos e tecnologias assistivas para garantir o acesso à informação, à comunicação e ao conhecimento no processo ensino-aprendizagem.” (IFFluminense, Resolução N.º 33, 2018).

As diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva apresentam como norteadores das ações pedagógicas, no âmbito da modalidade da educação profissional, ações que “possibilitam a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para a inserção no mundo do trabalho e efetiva participação social.” (MEC - SEESP, 2008, p. 16).

O Programa de Acessibilidade Educacional do Instituto Federal Fluminense (IFFluminense, Resolução N.º 33, 2018) prevê diretrizes, projetos, serviços e ações voltados para comunicação e acesso à informação, arquitetura, tecnologias assistivas, processo seletivo e ingresso, Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNEE, adaptação curricular e terminalidade específica, capacitação e articulação ensino, pesquisa e extensão.

Visando contribuir para o processo educacional dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação do Instituto Federal Fluminense – IFFluminense.

Com objetivo de garantir o atendimento educacional especializado e “contribuir para a implementação de políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos estudos dos alunos com necessidades educacionais específicas” (IFFluminense, Resolução Nº 33, p. 22) foram instituídos nos campi dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNEE.

O objetivo principal do NAPNEE é criar no campus a cultura da “educação para a convivência”, que contempla questões como a diversidade, quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais, de comunicação e de atitudes (IFFluminense, Resolução N.º 33, 2018).

O Programa de Acessibilidade Educacional do Instituto Federal Fluminense define a composição da equipe multidisciplinar do NAPNEE pelos seguintes profissionais: docentes, técnicos administrativos em educação (assistente social, psicólogo, pedagogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo, neuropsiquiatria, professor bilíngue (Português-Libras), tradutor e intérprete de Libras, revisor e transcritor braile e monitores das disciplinas necessárias). No entanto, nenhum campi do IFFluminense possui uma equipe multidisciplinar com todos os profissionais previstos no documento.

A Lei nº13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação - PNE, apresenta meta e estratégias específicas para Educação Profissional e Tecnológica. A Meta 11 do PNE busca “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.” (Brasil, Lei nº13.005, 2014).

Entre as estratégias definidas para essa meta destaca-se o item 11.10: “expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;” (Brasil, Lei nº13.005, 2014).

A ampliação do atendimento aos alunos com necessidades educacionais específicas e a expansão da rede federal, conforme metas do PNE, corroboram para a necessidade de ampliação dos espaços de formação docente. Haja vista a

necessidade de uma formação coerente com as políticas públicas e programas institucionais, na área da educação inclusiva.

2.6 CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA SÓCIO-HISTÓRICA DE VYGOTSKY PARA FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA INCLUSIVA.

O aporte teórico do psicólogo russo Liev Semenovitch Vygotsky contribui de forma significativa para o campo educacional. As teorias de Vygotsky dialogam com a concepção de educação inclusiva, que busca romper com práticas de discriminação e segregação dos alunos com necessidades educacionais específicas. Conforme defende Vygotsky,

A escola especial, por sua natureza, é antissocial e forma o espírito antissocial. Precisamos pensar não em como isolar o cego e separá-lo da vida, mas em como incorporá-lo o mais cedo possível e à vida. O cego tem que se desenvolver – se na vida geral junto com os videntes, por isso é necessário que estudem na escola comum [...] (Vygotsky, 1999, p.64).

A teoria de Vygotsky sobre aprendizagem e desenvolvimento mostra-se atual e pertinente à temática da educação inclusiva, tendo em vista o entendimento da deficiência a partir de uma perspectiva crítica, com foco nas possibilidades de superação e nas potencialidades individuais em detrimento de uma postura segregadora e excludente, que perpassa o processo educacional dos alunos com necessidades educacionais específicas. Luria (1998) destaca que:

Diferentemente de muitos pesquisadores anteriores que estudavam a criança deficiente, Vigotskii concentrou sua atenção nas habilidades que tais crianças possuíam, habilidades estas que poderiam formar a base para o desenvolvimento de suas capacidades integrais. Interessava-se mais por suas forças do que por suas deficiências. Consistente com seu modo global de estudo, rejeitava as descrições simplesmente quantitativas de tais crianças, em termos de traços psicológicos unidimensionais refletidos nos resultados dos testes. Em vez disso, preferia confiar nas descrições qualitativas da organização especial de seus comportamentos.[...] (Luria, 1998, p. 34).

Para Vygotsky (1991), a interação social tem função precípua no desenvolvimento do pensamento e da linguagem. E as instituições educacionais são espaços que favorecem essas interações histórico-culturais, a partir da mediação docente, atuando com foco nas potencialidades de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.

O processo de mediação pedagógica, que busca oferecer as condições

adequadas para promoção da aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais específicas, pode se respaldar em outra importante concepção de Vygotsky, o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, definido como:

[...] a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinada através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (Vygotsky, 2007, p. 97).

A compreensão do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal serve de instrumento para o professor entender o curso interno do desenvolvimento do aluno. Para Vygotsky (1991), com a utilização deste método “[...] podemos dar conta não somente dos ciclos e processos de maturação que já foram completados, como também daqueles processos que estão em estado de formação, ou seja, que estão apenas começando a amadurecer e a se desenvolver.” (Vygotsky, 1991, p. 58). A partir dessa compreensão, o professor pode propor intervenções necessárias para possibilitar o desenvolvimento efetivo de todos os alunos.

Para Beyer, “Vygotsky sempre entendeu que o desenvolvimento humano seria um vetor resultante de duas principais linhas genéticas, a biológica, por um lado, e a social, por outro.”(Beyer, 2005, p. 3). Dentro dessa concepção ontogenética, Vygotsky define a linha social como essencial no processo de desenvolvimento humano.

E conforme expõe Beyer, “não há como esperar níveis satisfatórios de compensação e estruturação psíquica sem um espaço satisfatório de inclusão social. Neste momento, a proposta de integração ou inclusão escolar atinge seu significado mais pleno.” (Beyer, 2005, p. 3).

Em suma, os pressupostos defendidos por Vygotsky (1991) configuram – se atualmente como os fundamentos de uma educação que se propõe inclusiva. Ao defender a importância das interações interpsicológicas para o desenvolvimento da linguagem e do pensamento, por meio da inserção em espaços satisfatórios de interação social. E a mediação como recurso para garantir a qualidade dessas interações, tendo em vista a superação das limitações de natureza biológica dos alunos com necessidades educativas específicas.

3 METODOLOGIA

No percurso metodológico desta pesquisa utilizou - se a abordagem qualitativa, haja vista “que não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (Silveira; Córdova, 2009, p. 32). A pesquisa qualitativa preocupa-se “com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.” (Silveira; Córdova, 2009, p. 32).

Quanto à natureza, classifica-se como uma pesquisa aplicada, pois “Objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.” (Silveira; Córdova, 2009, p. 35).

Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como pesquisa exploratória - descritiva. Com a utilização dos procedimentos da pesquisa bibliográfica e documental. Conforme expõe Fonseca (2002),

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.[...] (Fonseca, 2002, p. 32, *apud* Córdova, 2009, p. 37).

Desse modo, o referencial teórico desta pesquisa foi elaborado a partir de pesquisas nos bancos de dados bibliográficos. A partir da definição da temática, problema e objetivos da pesquisa foram definidos os conceitos principais para realização das buscas, entre eles, formação docente, educação profissional e tecnológica e educação inclusiva.

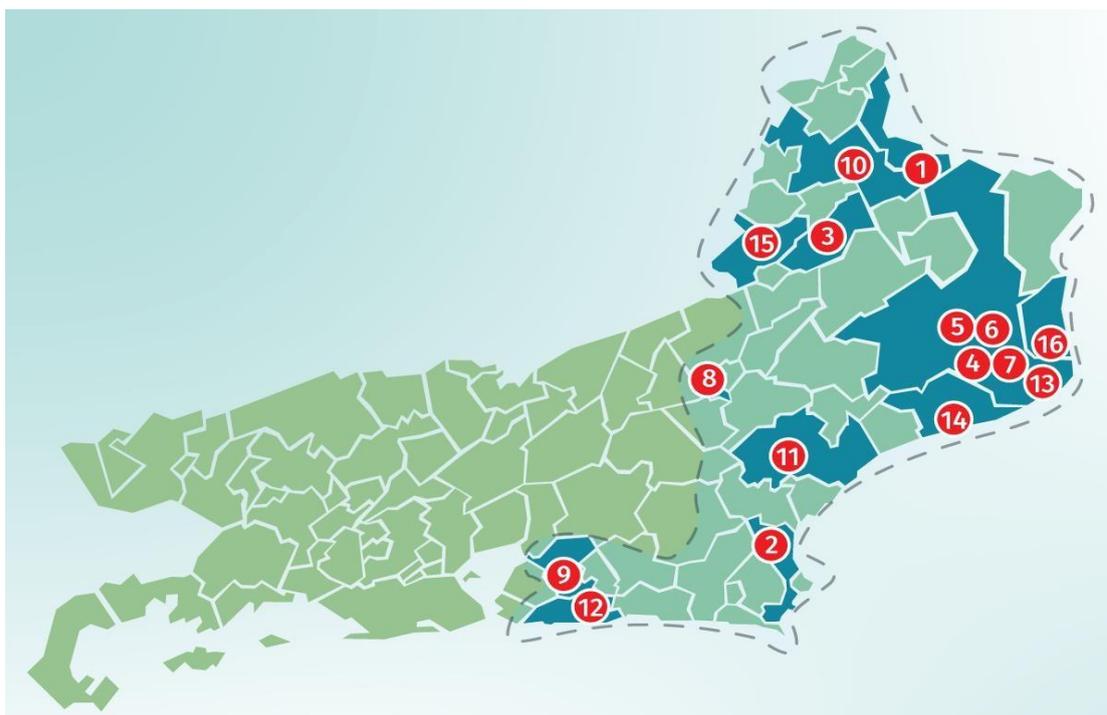
As pesquisas foram realizadas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, por meio do acesso pela Comunidade Acadêmica Federada – Cafe; na página do ProfEPT, em consulta de egressos, dissertações e produtos educacionais; no Portal do Instituto Federal Fluminense; no Portal da Legislação do Planalto; bem como as bibliografias utilizadas nas disciplinas eletivas, disponibilizadas durante o itinerário formativo do mestrado.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – IFFluminense foi definido como lócus desta pesquisa, tendo em vista o alinhamento das modalidades educacionais ofertadas pelo instituto com a linha de pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica - EPT, estruturada no

macroprojeto de pesquisa e desenvolvimento: Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT.

O IFFluminense abrange doze municípios do estado do Rio de Janeiro, além dos campi presente nesses municípios, o instituto possui um Polo de Inovação, um Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação, o Centro de Referência de Cordeiro e a Reitoria, conforme apresenta-se na figura 1.

Figura 1: Abrangência Geográfica do IFFluminense.



- | | | |
|----------------------------------|--|----------------------------------|
| 1 Bom Jesus do Itabapoana | 6 Reitoria | 12 Maricá |
| 2 Cabo Frio | 7 C. Ref. Campos dos Goytacazes | 13 Polo de Inovação |
| 3 Cambuci | 8 Centro de Referência Cordeiro | 14 Quissamã |
| 4 Campos Centro | 9 Itaboraí | 15 Santo Antônio de Pádua |
| 5 Campos Guarus | 10 Itaperuna | 16 São João da Barra |
| | 11 Macaé | |

Fonte: Portal do IFFluminense.

Foram convidados a participar desta pesquisa o corpo docente do Instituto Federal Fluminense responsável pelos componentes curriculares dos núcleos básico e específico de formação dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Visando a delimitação do campo de análise, foram disponibilizadas quarenta vagas para o curso de Introdução à Inclusão e Acessibilidade Pedagógica, produto educacional vinculado a esta pesquisa. Após a análise das inscrições recebidas e da verificação do público – alvo foram efetivadas trinta e nove inscrições.

O Projeto de Pesquisa desta dissertação foi submetido para avaliação, por meio do ambiente eletrônico denominado Plataforma Brasil, ao Comitê de Ética e Pesquisa com seres humanos – CEP, no dia 15/08/2022. O Comitê de Ética em Pesquisa é “um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade [...]” (CNS - Plataforma Brasil).

A análise ética do projeto de pesquisa foi realizada pelo Comitê de Ética e Pesquisa com seres humanos do Instituto Superiores de Ensino do CENSA - CEP/ISECENSA. A coleta dos dados e a execução do cronograma da pesquisa foram condicionados à aprovação do projeto pelo sistema CEP/CONEP, conforme parecer consubstanciado do CEP (Anexo A), que ocorreu no dia 17/11/2022, após tramitação do projeto na Plataforma Brasil.

De acordo com a Resolução CNS Nº 466 de 2012, as pesquisas envolvendo seres humanos devem observar alguns aspectos éticos, entre eles, “obter consentimento livre e esclarecido do participante da pesquisa e/ou seu representante legal, inclusive nos casos das pesquisas que, por sua natureza, impliquem justificadamente, em consentimento a posteriori” (Brasil, Resolução CNS Nº 466, 2012, p.4).

Portanto, os participantes desta pesquisa receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice A) assinado e rubricado em todas as páginas pela pesquisadora responsável, conforme orientação do Sistema CEP- CONEP. O documento apresenta informações pertinentes à pesquisa, por exemplo, a justificativa, objetivos, riscos, benefícios, procedimentos e contatos do CEP responsável pela apreciação ética do projeto.

O TCLE foi disponibilizado por e-mail institucional dos participantes da pesquisa

e no ambiente virtual de aprendizagem – Moodle do IFFluminense, na página do produto educacional, para que os docentes pudessem assinar e rubricar o documento.

A Plataforma de Educação a Distância do IFFluminense¹ foi utilizada para aplicação dos instrumentos de coleta de dados e registro das informações coletadas durante a pesquisa, bem como para elaboração e aplicação do produto educacional.

Cabe ressaltar que os instrumentos de coleta de dados utilizados nesta pesquisa, questionários e tarefa envio de arquivo, estavam inseridos na página do produto educacional, no Moodle do IFFluminense, haja vista a sua aplicação e vinculação a esta pesquisa, conforme apresentado no capítulo específico.

O recurso questionário foi utilizado como instrumento de pesquisa para obtenção dos dados, esse recurso é definido por Gerhardt (2009) como

[...] um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador. Objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que quem vá responder compreenda com clareza o que está sendo perguntado (Gerhardt, et.al, 2009, p.69).

Os questionários (Apêndice B e C) ficaram disponíveis para preenchimento no período de vinte e sete de fevereiro a trinta e um de março de dois mil e três.

Para análise dos dados qualitativos foi utilizado a análise de conteúdo. Bardin esclarece que,

A análise do conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (Bardin, 1977, p. 31).

O recurso do Moodle: Tarefa envio de arquivo, parte integrante do produto educacional, também foi utilizado como instrumento para coleta dos dados da pesquisa. As descrições desse recurso foram apresentadas no capítulo do produto educacional.

Para elaboração dos conteúdos visuais, apresentados nos capítulos dos resultados e discussões e do produto educacional, foi utilizada a plataforma de design gráfico denominada Canva².

¹ <https://ead2.iff.edu.br>

² <https://www.canva.com>

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção do relatório de pesquisa será apresentada a análise dos resultados obtidos por meio da aplicação dos instrumentos de coleta de dados, realizada no período de vinte e sete de fevereiro a trinta e um de março de dois mil e vinte e três.

No que concerne aos dados obtidos por meio do questionário docente (Apêndice B), vinte e seis docentes responderam ao instrumento de coleta de dados. As questões abordadas nesse instrumento buscaram compreender o percurso formativo dos participantes da pesquisa, bem como elementos pertinentes à compreensão da problemática levantada por esta pesquisa.

Haja vista o lócus desta pesquisa, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense abrange doze campi, conforme especificado no Portal do Instituto,

O Instituto Federal Fluminense (IFFluminense) encontra-se em 12 municípios do estado do Rio de Janeiro, com uma malha espacial que alcança 12 *campi*, um Polo de Inovação, um Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação, uma Unidade de Formação e a Reitoria.

Esse desenho tem como base os municípios de Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Cambuci e Santo Antônio de Pádua na região Noroeste Fluminense; Cordeiro, na região Serrana; de Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Quissamã e Macaé na região Norte Fluminense; na região das Baixadas Litorâneas, o de Cabo Frio; e os municípios de Itaboraí e Maricá na região Metropolitana (Portal do IFFluminense).

Considerando o aprofundamento da compreensão dos participantes desta pesquisa, identificou-se o campus de atuação profissional dos docentes. Foram identificados nove campi do IFFluminense, sendo eles os seguintes: Campus Centro e Macaé, na região Norte Fluminense; Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana, Santo Antônio de Pádua e Cambuci, na região Noroeste Fluminense; Maricá – Campus avançado e Itaboraí, na região Metropolitana e Cabo Frio, na Região das Baixadas Litorâneas.

Na Figura 2, apresenta - se o campus de atuação dos docentes que responderam aos instrumentos de coleta de dados e participaram da aplicação do produto educacional.

Figura 2: Campi de atuação dos participantes da pesquisa.



Fonte: Dados de pesquisa, 2023.

Quanto à atuação profissional, os participantes da pesquisa desempenham suas atividades docentes nos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Conforme especificado no portal do IFFluminense, “Nessa forma de oferta, os alunos cursam a formação técnica integrada ao Ensino Médio, no próprio IFFluminense.” (Portal do IFFluminense).

Os docentes que participaram da pesquisa citaram os seguintes cursos: Ensino médio integrado ao técnico em Administração, Agropecuária, Automação Industrial, Edificações, Eletromecânica, Eletrotécnica, Hospedagem, Informática, Meio – Ambiente, Petróleo e Gás e Química, conforme apresenta-se na Figura 3.

Figura 3: Cursos de atuação dos participantes da pesquisa.



Fonte das imagens: <https://portal1.iff.edu.br/>

Fonte das imagens: <https://portal1.iff.edu.br/>

Fonte: Dados de pesquisa, 2023.

Dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, ofertados na abrangência geográfica do IFFluminense, não foram citados os cursos técnicos em Agroindústria, Mecânica, Eletrônica e Transporte Aquaviário.

Embora o público – alvo da pesquisa sejam os docentes em atuação nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, alguns docentes atuam também nos cursos técnicos

integrados ao ensino médio por eixo tecnológico, cursos técnicos subsequentes, cursos técnicos concomitantes, nos cursos de graduação e na pós – graduação, no âmbito do IFFluminense, conforme prevê o regulamento da atividade docente do instituto.

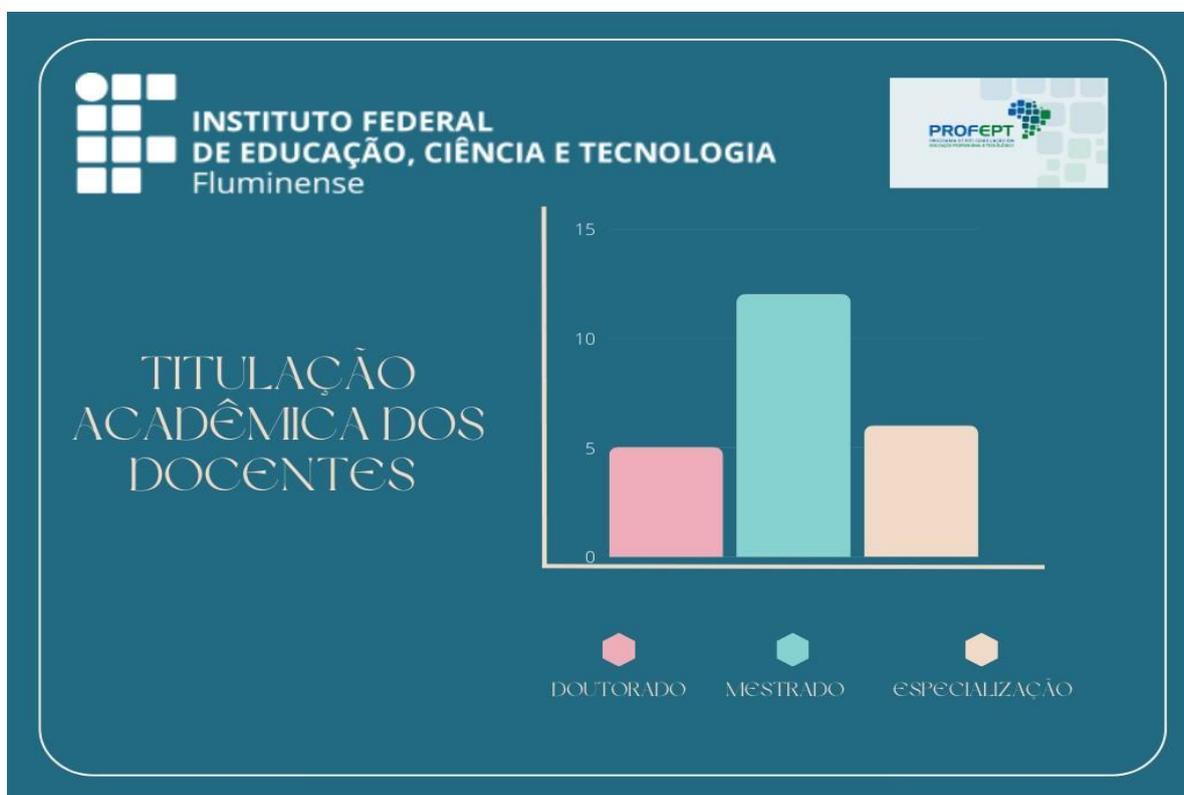
De acordo com a Resolução Nº 20/2015, que regulamenta a atividade docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense,

São consideradas atividades de ensino todas as atividades vinculadas aos projetos pedagógicos dos cursos do IFFluminense e abrangem as aulas e atividades a elas relacionadas diretamente vinculadas aos cursos e programas ofertados pelo IFFluminense, em todos os níveis e modalidades de ensino, da Formação Inicial e Continuada à Pós-Graduação, em caráter presencial, semipresencial e a Distância e em estreita relação com a pesquisa e a extensão (Brasil, Resolução Nº 20/2015, p. 9).

Desse modo, o docente da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico desenvolve suas ações de ensino de forma articulada com o ensino, pesquisa e extensão em todos os níveis e modalidades ofertados pelo IFFluminense.

Tendo em vista o objetivo deste estudo, os instrumentos de coleta de dados buscou identificar o percurso formativo dos participantes da pesquisa. No que concerne à titulação acadêmica, todos os participantes possuem pós – graduação, a maioria dos docentes no nível stricto-sensu – mestrado, conforme apresenta-se na Figura 4.

Figura 4: Titulação acadêmica dos docentes.



Fonte: Dados de pesquisa, 2023.

Cabe ressaltar que a formação mínima exigida para atuar na carreira de magistério do ensino básico, técnico e tecnológico é o curso superior em nível de graduação, conforme a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

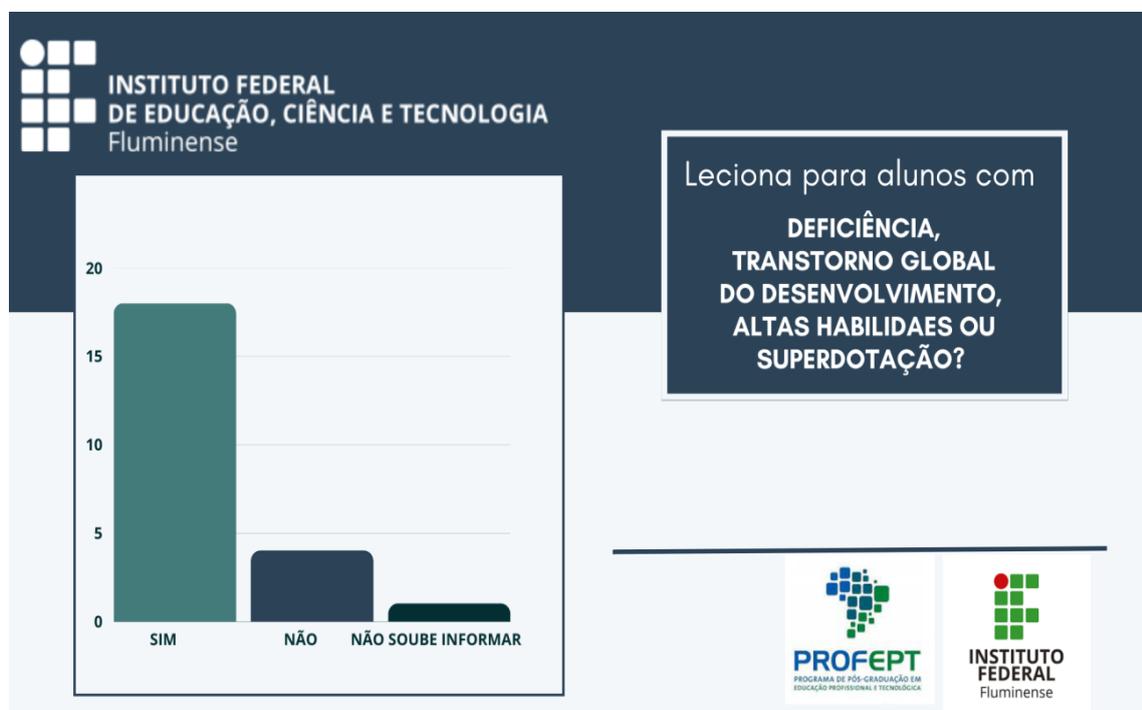
Ao discorrer sobre as atividades de formação continuada, a resolução N.º 20/2015, artigo 27, estabelece que “As atividades relativas à formação continuada do docente compreendem as ações de aperfeiçoamento dos docentes e de sua atuação profissional, em cursos de Capacitação e de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) ou Stricto Sensu (Mestrado, Doutorado) e estágio de Pós-Doutorado.” (Brasil, Resolução N.º 20, 2015, p.12).

Considerando que a temática trabalhada nesta pesquisa é voltada para formação docente no campo da educação inclusiva, buscou-se verificar a pertinência dessa temática a partir da compreensão da realidade de atuação dos docentes envolvidos na pesquisa.

Desse modo, os docentes foram questionados sobre a atuação com alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades ou superdotação.

Conforme apresenta-se na Figura 5, a maioria dos docentes lecionam para turmas com alunos com necessidades educacionais específicas.

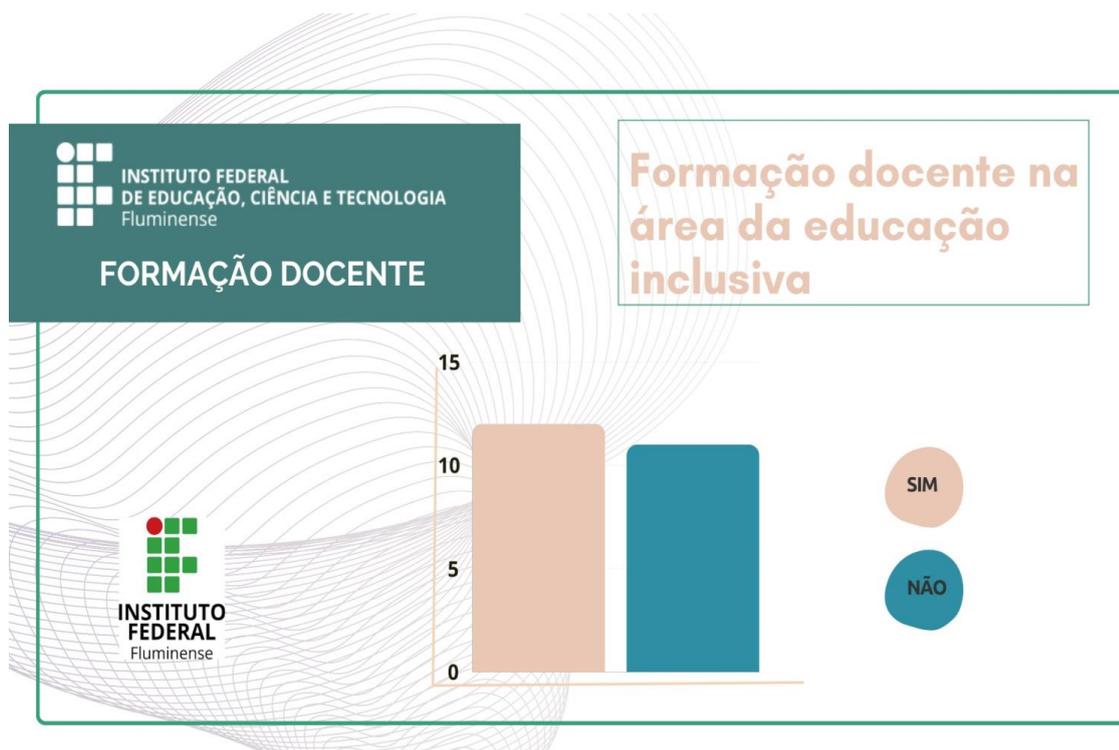
Figura 5: Atuação em turmas com alunos com necessidades educacionais específicas.



Fonte: Dados de pesquisa, 2023.

Embora a maioria dos participantes da pesquisa atuem com alunos com necessidades educacionais específicas, é significativa a quantidade de docentes que nunca realizaram capacitações voltadas à educação inclusiva. Sendo o curso de Introdução à Inclusão e Acessibilidade Pedagógica, produto educacional desta pesquisa, o primeiro contato com ações de capacitação voltada a essa temática, conforme apresenta-se na Figura 6.

Figura 6: Formação docente na área da educação inclusiva.



Fonte: Dados de pesquisa, 2023.

Considerando os docentes que já haviam realizado cursos no campo da educação inclusiva, destaca-se as ações de capacitação voltadas à temática da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

De acordo com a Resolução N.º 33/2018, que estabelece o Programa de Acessibilidade Educacional do Instituto Federal Fluminense, “Deve-se garantir com o programa de capacitação um mínimo de cinco por cento do total de servidores, funcionários e empregados da Instituição capacitados para o uso de Libras (Decreto nº 5626/2005, art. 26, §1º), além de alunos e público externo.” (IFFluminense, Resolução n.º 33, 2018, p. 34).

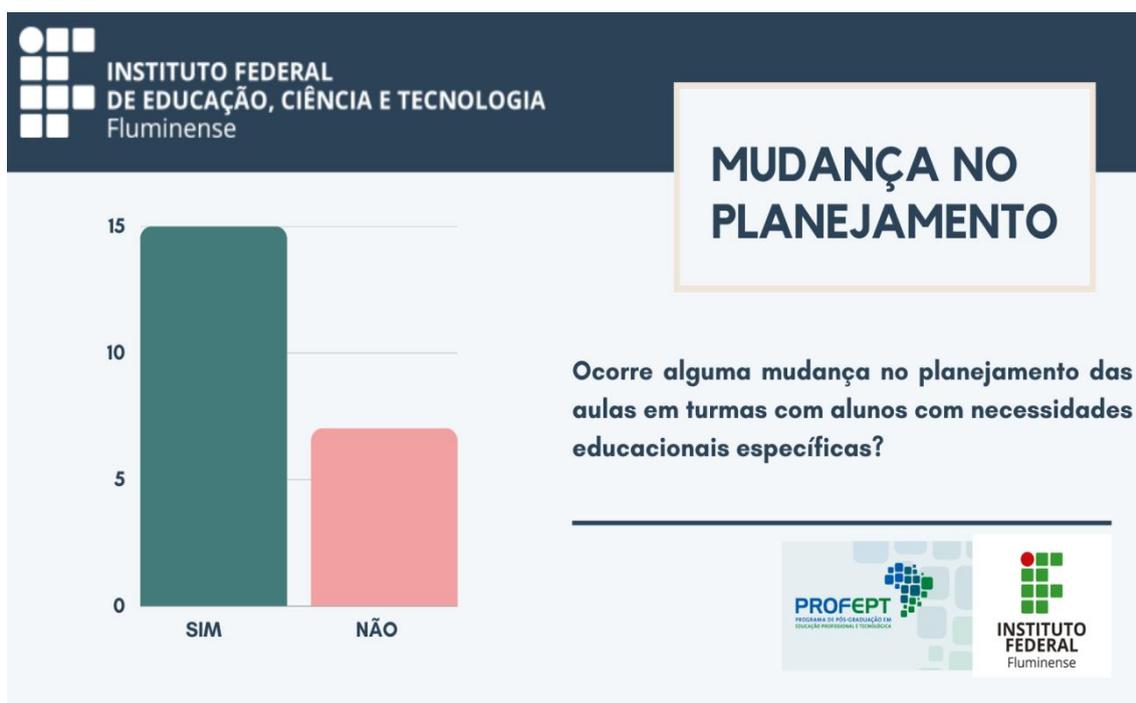
Quanto ao planejamento didático - pedagógico, os docentes foram questionados sobre a mudança no planejamento das aulas em turmas com alunos com deficiência, transtorno

global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Na Figura 7, apresenta-se as respostas referentes ao Planejamento didático – pedagógico. A maioria dos participantes da pesquisa sinalizaram alterações na forma de conduzir o processo de ensino-aprendizagem, haja vista a necessidade de atender às demandas didático-pedagógicas dos alunos com necessidades educacionais específicas.

Com destaque para adaptação das avaliações e dos materiais didáticos.

Figura 7: Planejamento didático-pedagógico



Fonte: Dados de pesquisa, 2023.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNEE “ Tem por objetivo contribuir para a implementação de políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos estudos dos alunos com necessidades educacionais específicas, além de atender a esses alunos bem como aos seus professores.” (Resolução nº 33, 2018, p.22).

Desse modo, cada campus do IFFluminense possui um NAPNEE, que tem suas ações regulamentadas pela Resolução nº33/2018, que estabelece o Programa de Acessibilidade Educacional do Instituto Federal Fluminense. Entre as ações desenvolvidas pelo setor é possível destacar:

Acompanhar o desempenho pedagógico dos alunos atendidos para intervir no processo de aprendizagem visando à permanência e o êxito;
Promover junto à comunidade escolar ações de sensibilização para a questão da educação inclusiva e de formação continuada referente a essa temática;
Contribuir para o fomento e a difusão de conhecimento acerca das Tecnologias Assistivas;
Colaborar com a Comissão de Processo Seletivo no sentido de garantir as adaptações necessárias para os candidatos com necessidades específicas;
Participar da Comissão de Adaptação Curricular conforme o que prevê a Normativa de Adaptação e Terminalidade Específica para estudantes com NE;
Ofertar e orientar monitorias para estudantes atendidos pelo NAPNEE, quanto às especificidades no processo de ensino-aprendizagem desses alunos (IFFluminense, Resolução Nº 33, 2018, p.23 - 24).

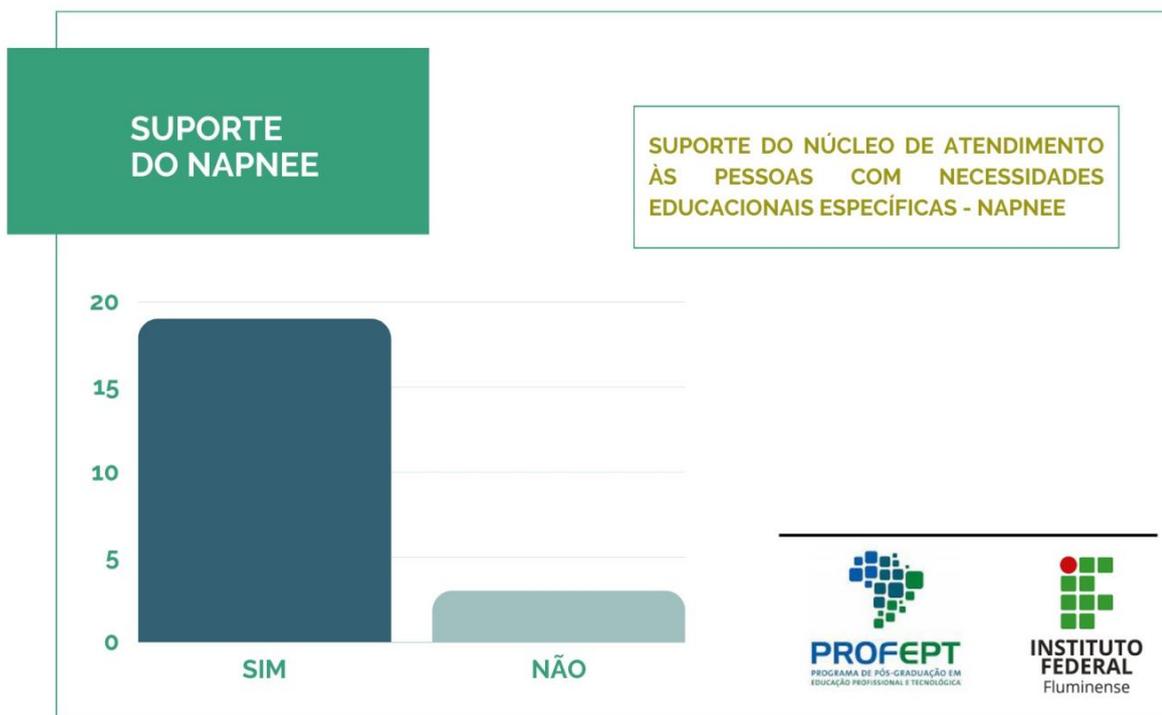
Considerando a atuação do NAPNEE nos campi que integram o Instituto Federal Fluminense, solicitou-se aos docentes informações sobre o suporte recebido pela equipe que integra o setor.

O Programa de Acessibilidade Educacional do Instituto Federal Fluminense (Resolução Nº 33, 2018) define a composição da equipe multidisciplinar do NAPNEE pelos seguintes profissionais: docentes, técnicos administrativos em educação (assistente social, psicólogo, pedagogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo, neuropsiquiatra, professor bilíngue (Português-Libras), tradutor e intérprete de Libras, revisor e transcritor braile e monitores das disciplinas necessárias.

Cabe ressaltar que nenhum campi do IFFluminense possui a composição completa da equipe multidisciplinar prevista na Resolução Nº 33 (2018).

Na Figura 8, apresenta – se o resultado da coleta de dados, tendo em vista o seguinte questionamento: Já recebeu ou recebe algum suporte da equipe que integra o NAPNEE?

Figura 8: Suporte do NAPNEE



Fonte: Dados de pesquisa, 2023.

Conforme apresentado na Figura 8, a maior parte dos docentes já receberam ou recebem o suporte da equipe que integra o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas.

O Programa de Acessibilidade Educacional do Instituto Federal Fluminense aborda a capacitação em um capítulo específico, de acordo com o documento,

No que se refere à Educação Especial, a principal preocupação é a eliminação das barreiras que prejudicam o processo de aprendizagem do aluno com necessidades educacionais específicas, e conseqüentemente comprometem a garantia do direito à Educação. Entende-se que a escola deve estar preparada, em todos os sentidos para receber o aluno com necessidades educacionais específicas, garantindo igualdade de oportunidades, tanto no acesso como na permanência. Neste sentido, entende-se que a falta de capacitação pode ser considerada uma das barreiras que interfere no processo educativo desses sujeitos (IFFluminense, Resolução N.º 33, de 15 de outubro de 2018, p.32).

Entre os projetos, serviços e ações apresentados no Programa de Acessibilidade Educacional do IFFluminense, estão previstas ações de divulgação e participação dos servidores em seminários, congressos, palestras, oficinas, entre outros, voltados à temática da educação inclusiva.

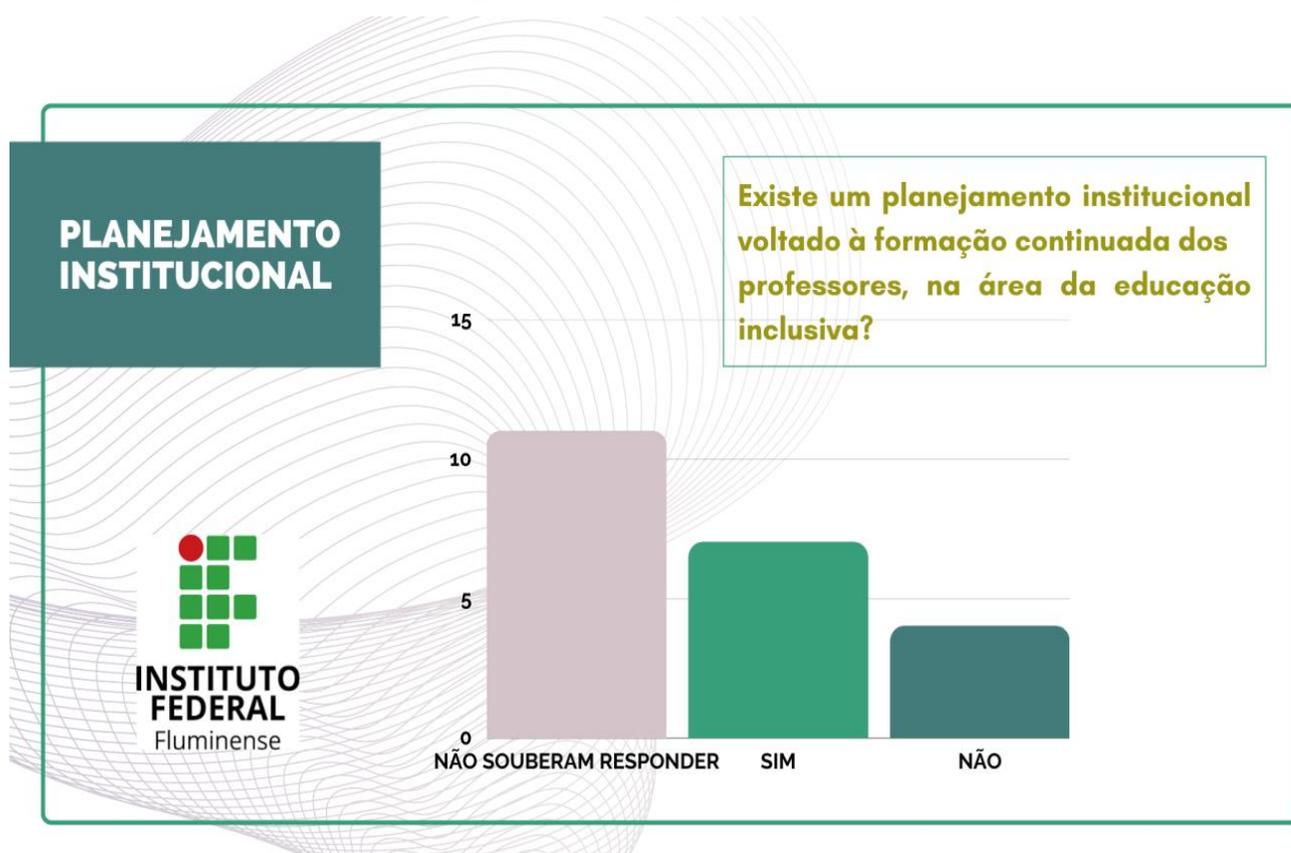
A capacitação é definida como uma ação contínua, que busca “Tornar a capacitação uma ação permanente visando qualificar o maior número possível de servidores, terceirizados,

alunos, estagiários e membros da comunidade externa, para o atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas.” (IFFluminense, Resolução Nº 33, 2018, p.34).

Desse modo, buscou-se identificar se os docentes tinham conhecimento dos projetos, serviços e ações desenvolvidas pelo instituto para formação continuada dos docentes no campo da educação inclusiva.

Os resultados obtidos a partir do questionamento sobre o planejamento institucional voltado às ações de capacitação no âmbito da educação inclusiva evidenciaram um planejamento institucional de alcance reduzido, uma vez que, a maioria dos docentes não souberam responder ao questionamento, conforme apresenta-se na Figura 9, acrescido da divergência de respostas dos docentes quanto à existência ou não de um planejamento institucional.

Figura 9: Planejamento institucional.



Fonte: Dados de pesquisa, 2023.

Destaca-se que a Resolução nº 24 (2021) aprova o Programa de Apoio à Formação Continuada dos Servidores do Instituto Federal Fluminense. Definido como um instrumento da gestão. Essa política institucional, embora não esteja voltada especificamente para

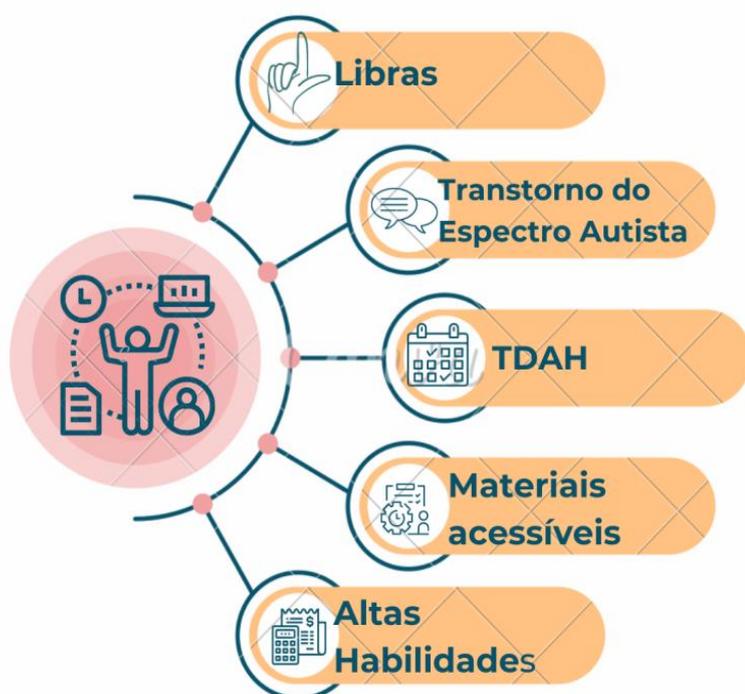
formação na temática da educação inclusiva, tem como relevância a formação dos servidores do instituto e a definição das temáticas estão condicionadas ao levantamento das necessidades de desenvolvimento dos servidores. Conforme apresentado na Resolução nº 24,

No compromisso necessário da educação com a transformação da sociedade, a capacitação no IFF é uma das ações centrais da gestão. Ela revela o protagonismo de seus profissionais e estabelece uma relação estreita entre os sujeitos e as áreas prioritárias de atuação institucional. No que tange às áreas e linhas de atuação, é importante que, a cada tempo, no diálogo com a sociedade, por meio das representações da ciência, da tecnologia e de grupos sociais e, a partir da ressonância do valor do trabalho de seus profissionais, o IFF possa definir as áreas prioritárias para investimentos mais intensos na formação continuada dos servidores, em conformidade com seus programas e projetos (IFFluminense, Resolução nº 24, 2021, p.3).

A última questão abordada no questionário docente buscou identificar as temáticas de interesse dos participantes desta pesquisa, tendo em vista a formação docente no campo da educação inclusiva. Bem como a perspectiva de desenvolvimento de pesquisas e formações futuras dentro dessa área.

Entre os temas apresentados pelos docentes, pode-se destacar, Língua Brasileira de Sinais – Libras, Transtorno do Espectro Autista – TEA, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH, altas habilidades e superdotação, capacitismo, produção de materiais acessíveis, conforme apresenta-se na Figura 10.

Figura 10: Temáticas de interesse dos docentes.



Temáticas de interesse dos docentes

Áreas de interesse dos participantes da pesquisa, tendo em vista formações futuras.

Fonte: Dados de pesquisa, 2023.

As escolhas pelas temáticas, quando justificadas, foram motivadas por vivências profissionais e até mesmo pessoais dos docentes. Responder a esse elemento do questionário contribuiu para que os docentes pudessem identificar suas necessidades de aperfeiçoamento a partir de uma análise crítica das demandas oriundas da sua prática profissional.

O questionário de avaliação do produto educacional (Apêndice C) foi aplicado visando uma devolutiva dos participantes da pesquisa sobre a elaboração e aplicação do produto educacional. Os resultados referentes a esse instrumento de coleta de dados foram apresentados no capítulo do produto educacional.

Além do questionário, o recurso Tarefa envio de arquivo, da plataforma de educação a distância do IFFluminense, também foi utilizado como instrumento de coleta de dados.

Na Figura 11, apresenta - se a proposta de atividade solicitada aos cursistas.

Figura 11: Tarefa Envio de arquivo



[...] Garantir o acesso à escola regular constitui a dimensão mais fácil de alcançar no processo de inclusão, pois depende sobretudo de decisões de natureza política. Já assegurar a aprendizagem e o sucesso na aprendizagem envolve mudanças significativas nas formas de conceber a função da escola e o papel do professor no processo de ensino e aprendizagem. Trata-se, portanto, de equacionar processos pedagógicos inclusivos que permitam o envolvimento efetivo de crianças e jovens com NEE na aprendizagem [...] (Nunes e Madureira, 2015, p. 7).





Tarefa Envio de arquivo

01

Considerando os conteúdos disponibilizados no decorrer do curso e sua experiência profissional, analise a citação de Nunes e Madureira (2015) e discorra sobre as possibilidades e limites de efetivação de uma educação inclusiva e a oferta das condições adequadas para o acesso, permanência e participação dos alunos que demandam atendimento educacional específico.

Fonte: <https://ead2.iff.edu.br/>

A tarefa envio de arquivo, parte integrante do produto educacional, foi solicitada como tarefa avaliativa do curso. Quinze docentes concluíram o envio do arquivo. Ao discorrerem sobre as possibilidades e limites de efetivação de uma educação inclusiva e a oferta das condições adequadas para o acesso, permanência e participação dos alunos que demandam atendimento educacional específico, os docentes apresentaram como pontos principais a necessidade de formação continuada e o investimento em recursos humanos, tecnológicos, didático-pedagógico e na infraestrutura dos institutos.

Na Figura 12, apresenta – se os principais pontos levantados pelos docentes.

Figura 12: Possibilidades e limites de efetivação de uma educação inclusiva.



Fonte: Dados de pesquisa, 2023.

Haja vista a análise apresentada nesta seção, conclui-se que os resultados apresentados correspondem ao esperado pela questão de pesquisa. Os docentes do Instituto Federal Fluminense que participaram desta pesquisa compreendem a relevância das ações de formação continuada do docente para uma atuação profissional voltada ao pleno desenvolvimento dos educandos, para a análise crítica da prática profissional e a melhoria da prática docente.

5. PRODUTO EDUCACIONAL

O Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT apresenta como objetivo do programa “proporcionar formação em educação profissional e tecnológica, visando tanto a produção de conhecimentos como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado.” (ProfEPT, CS Nº 22, 2018, p.2).

As pesquisas inseridas no âmbito dos programas de mestrados profissionais trazem a exigência de elaboração e aplicação do produto educacional vinculado à dissertação de pesquisa. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES conceitua o produto educacional como:

[...] o resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo. [...] (Brasil, CAPES, 2019, p. 15).

A área de ensino da CAPES apresenta como exemplos de produto educacional: uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aulas, um equipamento, uma exposição, entre outros.

Freitas (2021) reflete sobre a elaboração e incorporação dos produtos educacionais nos contextos formais e não formais e amplia a conceituação apresentada pela CAPES, tendo em vista uma análise do produto educacional do ponto de vista qualitativo e não limitado a forma. Para Freitas, “Precisamos pensar no Produto Educacional como um objeto que facilita uma experiência de aprendizagem, ou seja, uma experiência de mudança e enriquecimento em algum sentido: conceitual ou perceptivo, afetivo, de habilidades ou atitudes, etc” (Freitas, 2021, p.13).

A partir das considerações acerca da conceituação do produto educacional, da vinculação desta pesquisa à área de ensino da CAPES e sua realização no âmbito de um programa de mestrado profissional, foi desenvolvido e aplicado o produto educacional intitulado Curso de Introdução à Inclusão e Acessibilidade Pedagógica, que é um curso de formação continuada na modalidade a distância. Cadastrado no Portal do EduCAPES: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/738770>.

O produto educacional teve como público - alvo os docentes que atuam nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

Fluminense. Foram disponibilizadas quarenta vagas destinadas aos docentes que atuam na abrangência do Instituto.

A elaboração e aplicação do produto educacional motivou-se pela demanda de ampliação dos espaços formais e não formais de ensino e aprendizagem voltado à temática da educação inclusiva. A identificação da demanda foi respaldada no problema de pesquisa, pelo referencial teórico e posteriormente confirmada nos resultados desta pesquisa.

A escolha da temática e do público - alvo buscou aderência à área de concentração em Educação Profissional e Tecnológica e ao Macroprojeto de pesquisa e desenvolvimento: Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT.

As normativas voltadas à temática da inclusão têm trazido avanços referentes ao acesso dos alunos que demandam atendimento e acompanhamento específico. No entanto, o acesso às instituições educacionais não garante a efetivação de um processo educacional inclusivo, que possibilite a participação, permanência e aprendizagem desses alunos.

Por isso, a partir dos avanços das políticas de acesso, existe o desafio de pensar estratégias didático-pedagógicas, metodologias, avaliação, relação professor-aluno, arquitetura dos espaços educativos e tecnologias assistivas para atender essas demandas e criar condições adequadas para inclusão.

A escolha do produto educacional está alinhada à problemática levantada nesta pesquisa “Como a formação continuada dos docentes do Instituto Federal Fluminense, no âmbito da educação inclusiva, interfere na efetivação de uma prática pedagógica inclusiva?”

Desse modo, a finalidade deste produto foi contribuir com o processo de formação continuada, no âmbito da educação inclusiva, dos docentes que atuam na Educação Profissional e Tecnológica do IFFluminense, tendo em vista que a partir da problemática levantada nesta pesquisa, a formação docente continuada mostra-se imprescindível para efetivação e a oferta das condições adequadas para inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação atendidos por esse Instituto Federal, conforme apresentado no referencial teórico desta pesquisa.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem do Instituto Federal Fluminense foi utilizado como recurso para a materialização do produto educacional. O Moodle do IFFluminense oferece uma diversidade de recursos e ferramentas pedagógicas, que permitiram a elaboração e aplicação do curso.

Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) podem ser definidos como “softwares educacionais via internet, destinados a apoiar as atividades de EAD. Estes softwares oferecem um conjunto de tecnologias de informação e comunicação, que permitem

desenvolver as atividades no tempo, espaço e ritmo de cada participante.” (Moodle do IFFluminense).

A aplicabilidade foi outro aspecto considerado para escolha do produto educacional. A materialidade do produto educacional em forma de curso, na modalidade a distância, potencializou o acesso pelo público - alvo, devido a abrangência do Instituto Federal Fluminense. No Apêndice D, apresenta-se as imagens da sala do curso no ambiente virtual de aprendizagem institucional.

Na Figura 13, apresenta – se a página inicial do AVA - Moodle do IFFluminense.

Figura 13: Página inicial do AVA Moodle do IFFluminense.



Fonte: <https://ead2.iff.edu.br/>

A carga horária do curso, quarenta horas, foi distribuída, inicialmente, em quatro semanas e, posteriormente, prorrogada por mais uma semana, atendendo à solicitação dos cursistas. O produto educacional foi aplicado no período de vinte e sete de fevereiro a trinta

e um de março de dois mil e vinte e três.

As inscrições foram efetuadas por meio de um formulário *online*. A divulgação e inscrição foram realizadas pelo e-mail institucional dos docentes.

Na Figura 14, apresenta - se a página introdutória do curso no Moodle.

Figura 14: Tópico Geral

The image shows a screenshot of a Moodle course page. At the top, there is a green navigation bar with the text 'IFFluminense - Seja bem-vindo(a)!'. Below this, there are several icons and links: 'Cursos', 'Neste curso', and 'Participantes'. A search icon, a gear icon, a refresh icon, an envelope icon, and a bell icon are also visible. Below the navigation bar, there is a blue box with the text 'Restrito Disponível a partir de 24 de março de 2023'. The main content area features a large green graphic with the text 'Seja bem-vindo (a) à sala do curso Introdução à Inclusão e Acessibilidade Pedagógica'. To the right of the text is an image of a person's hands typing on a laptop keyboard, with a graduation cap icon overlaid on the screen. Below the graphic, there is a list of resources: 'Guia do curso', 'Avisos', 'Fórum de Discussão', and 'TCLE DOCENTE'.

Fonte: <https://ead2.iff.edu.br/>

Na página introdutória do curso de Introdução à Inclusão e Acessibilidade Pedagógica foram adicionados o Guia do curso, conforme apresentado no Quadro 1, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –TCLE (Apêndice A) e os recursos fórum de avisos e fórum de discussão.

De acordo com o tutorial de ferramentas do Moodle, o fórum “É uma discussão assíncrona sobre temas escolhidos pelo professor ou pelos demais participantes. Pode ser um único tema ou vários tópicos com temas diferentes. Pode ser uma discussão por grupos ou sem grupos.” O fórum de discussão foi utilizado como espaço destinado às dúvidas e

contribuições dos cursistas, aberto aos docentes durante todo o período de realização do curso.

O TCLE foi disponibilizado na página do curso e por e-mail, com assinatura e rubrica da pesquisadora responsável, conforme orientação do Sistema CEP/CONEP.

O curso de Introdução à Inclusão e Acessibilidade Pedagógica teve trinta e nove inscrições efetivadas, após análise das inscrições.

Quadro 1: Guia do curso Introdução à inclusão e acessibilidade pedagógica.

 	
GUIADO CURSO -2023.1	
Nome do curso	Introdução à Inclusão e Acessibilidade Pedagógica.
Modalidade: Educação a Distância	Carga horária: 40h
Período do curso: 27/02/2023 a 31/03/2023	Local: Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle do IFF https://ead2.iff.edu.br/login/index.php
Público- alvo: Docentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal Fluminense.	
Número de vagas: 40	
Objetivo Geral	Contribuir para o processo de formação continuada, no âmbito da educação inclusiva, dos servidores docentes do Instituto Federal Fluminense.
Avaliação	A avaliação prevê a participação dos servidores docentes na realização das atividades propostas ao longo do curso.
SEMANA	TEMAS

<p>Semana 1 (27/02/2023 a 05/03/2023)</p>	<p>Realizar a atividade avaliativa: Questionário Docente.</p> <p>Apresentação dos participantes no Fórum.</p> <p>Acesso aos conteúdos da semana 1: Capacitismo</p> <p>O que é Capacitismo?</p> <p>Atitudes e frases capacitistas para excluímos do nosso cotidiano.</p> <p>Quais são as atitudes capacitistas?</p> <p>Seja Inclusivo!</p> <p>Guia: ensino, documentos e mídias acessíveis. (Símbolos de acessibilidade)</p>
<p>Semana 2 (06/03/2023 a 12/03/2023)</p>	<p>Acesso aos conteúdos da semana 2: Aspectos Históricos e Legais da Educação Inclusiva.</p> <p>Histórico da Inclusão no Brasil.</p> <p>Embates e Disputas na Política Nacional de Educação Inclusiva.</p> <p>Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.</p> <p>Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência.</p>
<p>Semana 3 (13/03/2023 a 19/03/2023)</p>	<p>Acesso aos conteúdos da semana 3: Acessibilidade Pedagógica.</p> <p>Programa de acessibilidade educacional do Instituto Federal Fluminense.</p> <p>Considerações acerca da tecnologia assistiva no cenário educacional brasileiro.</p> <p>Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar.</p> <p>Realizar a atividade avaliativa: Tarefa Envio de arquivo.</p>
	<p>Acesso aos conteúdos da semana 4:</p>

**Semana 4
(20/03/ 2023
a24/03/2023)**

Formação docente e inclusão

Formação de professores e inclusão de pessoas com altas habilidade ou superdotação: um debate na educação profissional e tecnológica.

Guia: ensino, documentos e mídias acessíveis.
(Autonomia e equidade)

Guia: ensino, documentos e mídias acessíveis
(Protocolo para acessibilidade acadêmica)

**Realizar a atividade avaliativa:
Questionário de Avaliação do Curso.**

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 13.146 de 5 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015.

BRASIL. Resolução nº33, de 15 de outubro de 2018. Programa de acessibilidade educacional do Instituto Federal Fluminense. 2018.

CALHEIROS, David dos Santos; MENDES, Enicéia Gonçalves; LOURENÇO, Gerusa Ferreira. Considerações acerca da tecnologia assistiva no cenário educacional brasileiro. Revista Educação Especial | v. 31 | n. 60 | p. 229-244 | jan./mar. 2018. Santa Maria.

E-book: Guia: ensino, documentos e mídias acessíveis. Universidade Federal Fluminense. Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão. UFF Acessível.

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – Rio Grande do Sul. Módulo II – Marcos Legais, Políticos e Pedagógicos da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; REBELO, Andressa Santos; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. Embates e disputas na política nacional de Educação Especial brasileira. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 45, e217170, 2019.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp-arquivos/pdf/politica.pdf.

SILVA, T. S.; ANJOS, M. B. Formação de professores e inclusão de pessoas com altas habilidades ou superdotação: um debate na educação profissional e tecnológica. Vértices (Campos dos Goitacazes), v. 24, n. 2, p. 622-633, 2022. DOI: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v24n22022p622-633>. Disponível em: <https://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/16969>.

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. Educação Unisinos 22(2):147-155, abril-junho 2018 Unisinos - doi: 10.4013/edu.2018.222.04.

A primeira semana do curso de Introdução à Inclusão e Acessibilidade Pedagógica foi destinada à apresentação dos cursistas e ao preenchimento do instrumento de coleta de dados da pesquisa, o questionário docente (Apêndice B), tendo em vista que um dos objetivos gerais da pesquisa foi identificar a trajetória acadêmica, no campo da educação inclusiva, dos docentes que atuam nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFFluminense. De acordo com o tutorial de ferramentas do Moodle, o questionário no Moodle:

É um conjunto de questões de vários formatos. O mesmo é criado pelo professor, respondido pelo aluno e corrigido automaticamente pelo sistema (com base no gabarito previamente definido pelo professor).

Pode configurar-se como uma atividade de autoavaliação, uma lista de exercícios para verificação de aprendizagem, um teste rápido ou ainda uma prova virtual (Moodle IFFluminense).

No fórum de apresentação, os cursistas foram convidados a discorrer sobre suas áreas de formação, atuação profissional e expectativas em relação ao curso. No que concerne às expectativas apresentadas pelos docentes, podemos destacar a busca pela melhoria da atuação em suas práticas profissionais, considerando o aumento da demanda de alunos com necessidades educacionais específicas.

Quanto ao preenchimento do Questionário docente, vinte e seis cursistas finalizaram suas respostas. A análise das respostas dos docentes ao questionário foram apresentadas no capítulo Resultados e Discussões.

A temática trabalhada na primeira semana do curso foi Capacitismo. Para o desenvolvimento das atividades foi utilizada a ferramenta denominada arquivo, que “Possibilita disponibilizar um arquivo em vários formatos diretamente na semana ou tópico do curso, para consulta e/ou download pelos participantes.” (Moodle do IFFluminense).

Os materiais trabalhados nessa semana foram: O que é Capacitismo? Atitudes e frases capacitistas para excluímos do nosso cotidiano. Quais são as atitudes capacitistas? Seja inclusivo! e Símbolos de acessibilidade.

Na Figura 15, apresenta – se a semana 1 na sala virtual do curso.

Figura 15: Semana 1: Capacitismo

IFFluminense - Seja bem-vindo(a)! Cursos Neste curso Participantes

Semana 1: Capacitismo

Restrito Disponível se:

- Está em ou depois de 27 de fevereiro de 2023
- É antes de 31 março 2023, 23:55

QUESTIONÁRIO DOCENTE

Apresentação dos participantes



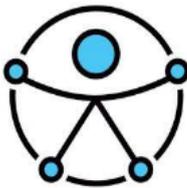
Fonte: <https://br.freepik.com>

O que é Capacitismo?

Atitudes e frases capacitistas para excluímos do nosso cotidiano

Quais são as atitudes capacitistas

Seja inclusivo



E-book : Guia: ensino, documentos e mídias acessíveis.

Símbolos de acessibilidade

Fonte: <https://ead2.iff.edu.br/>

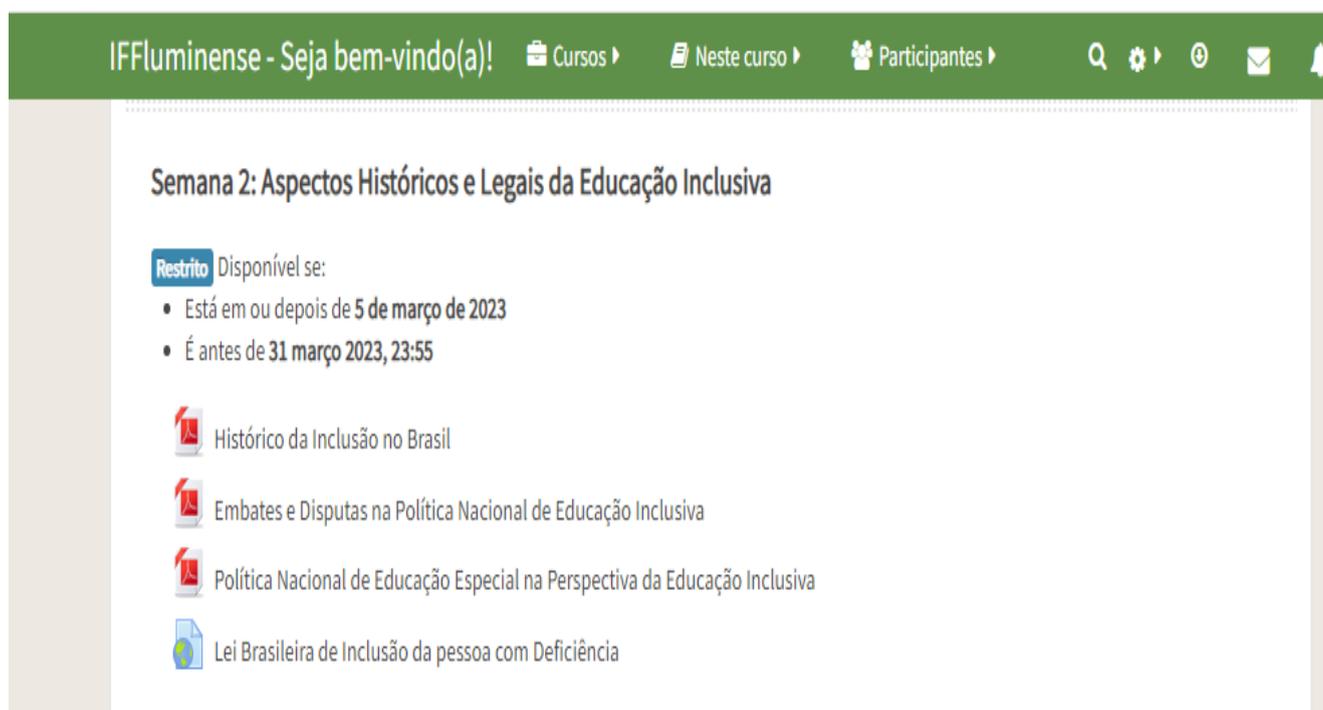
A segunda semana de aplicação do produto educacional teve como temática os Aspectos Históricos e Legais da Educação Inclusiva. Nessa semana foram utilizadas as ferramentas arquivo e a URL, que “Disponibiliza um link para uma página da Internet.” (Moodle do IFFluminense).

Os textos trabalhados nessa semana foram: Linha do tempo: Histórico da inclusão no Brasil. Embates e disputas na política nacional de educação especial brasileira. Política

nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva e a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência.

Na Figura 16, apresenta – se a semana 2 na sala virtual do curso.

Figura 16: Semana 2 - Aspectos Históricos e Legais da Educação Inclusiva.



Fonte: <https://ead2.iff.edu.br/>

Acessibilidade pedagógica foi o tema trabalhado na terceira semana de aplicação do Produto Educacional. Os conteúdos disponibilizados foram: Programa de acessibilidade educacional do Instituto Federal Fluminense; Considerações acerca da tecnologia assistiva no cenário educacional brasileiro; Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar.

Na Figura 15, apresenta - se a semana 3 na sala virtual do curso.

Figura 17: Semana 3 - Acessibilidade Pedagógica

IFFluminense - Seja bem-vindo(a)! Cursos ▾ Neste curso ▾ Participantes ▾ 🔍 ⚙️ 🌐 📧

Semana 3: Acessibilidade Pedagógica

Restrito Disponível se:

- Está em ou depois de 13 de março de 2023
- É antes de 31 março 2023, 23:55



Fonte: <https://www.istockphoto.com/br>

-  Programa de acessibilidade educacional do Instituto Federal Fluminense
-  Considerações acerca da tecnologia assistiva no cenário educacional brasileiro
-  Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar
-  Tarefa envio de arquivo

Fonte: <https://ead2.iff.edu.br/>

Para realização da atividade avaliativa foi utilizado o recurso Tarefa envio de arquivo. Esse recurso do Moodle “Permite que os alunos submetam textos ou arquivos em vários formatos para avaliação pelo professor. As tarefas podem ser de envio de arquivo, de texto online ou off-line, dependendo da configuração escolhida.”.Quinze docentes concluíram o envio da atividade avaliativa pelo Moodle.

Na Figura 18, apresenta - se a proposta de atividade solicitada aos cursistas.

Figura 18: Tarefa envio de arquivo



[...] Garantir o acesso à escola regular constitui a dimensão mais fácil de alcançar no processo de inclusão, pois depende sobretudo de decisões de natureza política. Já assegurar a aprendizagem e o sucesso na aprendizagem envolve mudanças significativas nas formas de conceber a função da escola e o papel do professor no processo de ensino e aprendizagem. Trata-se, portanto, de equacionar processos pedagógicos inclusivos que permitam o envolvimento efetivo de crianças e jovens com NEE na aprendizagem [...] (Nunes e Madureira, 2015, p. 7).



Tarefa Envio de arquivo

01

Considerando os conteúdos disponibilizados no decorrer do curso e sua experiência profissional, analise a citação de Nunes e Madureira (2015) e discorra sobre as possibilidades e limites de efetivação de uma educação inclusiva e a oferta das condições adequadas para o acesso, permanência e participação dos alunos que demandam atendimento educacional específico.

Fonte: <https://ead2.iff.edu.br/>

Ao discorrerem sobre as possibilidades e limites para efetivação de uma educação inclusiva e a oferta das condições adequadas para o acesso, permanência e participação dos alunos que demandam atendimento educacional específico, os docentes pontuaram as seguintes questões: a necessidade de formação docente continuada, o investimento no

desenvolvimento de tecnologia assistiva e em recursos pedagógicos, o envolvimento de toda comunidade acadêmica, compromisso coletivo, mudança cultural e de valores em relação à diversidade e inclusão, atendimento educacional especializado, equipe multidisciplinar, investimentos em recursos e infraestrutura.

Na última semana, além dos recursos questionário e arquivo, já utilizados nas semanas anteriores, foi utilizado o recurso página, que “Exibe uma página (tipo WEB) que pode conter textos, links de sites/vídeos, imagens e outros elementos multimídia.” (Moodle do IFFluminense).

Foi disponibilizado o link da Editora Essentia para acesso ao artigo “Formação de professores e inclusão de pessoas com altas habilidades ou superdotação: um debate na educação profissional e tecnológica”. Conforme apresentado no resumo,

O artigo traça um caminho metodológico de revisão bibliográfica e tem como ponto de partida a reflexão sobre a inclusão de pessoas com altas habilidades ou superdotação (AH ou SD) e a formação de professores na perspectiva do Ensino Médio Integrado (EMI) na Educação Profissional e Tecnológica (Silva; Anjos, p. 622-633, 2022).

O Guia: ensino, documentos e mídias acessíveis, elaborado pela comissão permanente de acessibilidade e inclusão da Universidade Federal Fluminense - Comissão UFF acessível, foi trabalhado a partir dos tópicos: autonomia e equidade e protocolo para acessibilidade acadêmica. Esses documentos foram apresentados visando oferecer aos docentes recursos práticos voltados ao planejamento didático-pedagógico, tendo em vista as barreiras e as possibilidades de acessibilidade do conteúdo e dos processos avaliativos para os alunos com deficiência e/ou transtorno global do desenvolvimento.

Na Figura 19, apresenta – se a semana 4 na sala virtual do curso.

Figura 19: Semana 4: Formação docente e inclusão.

The screenshot shows a Moodle course interface. At the top, a green navigation bar contains the text 'IFFluminense - Seja bem-vindo(a)!', along with icons for 'Cursos', 'Neste curso', 'Participantes', search, settings, and notifications. Below the navigation bar, the page title is 'Semana 4:'. A 'Restrito' (Restricted) status is shown with the text 'Disponível se:' followed by two bullet points: 'Está em ou depois de 18 de março de 2023' and 'É antes de 31 março 2023, 23:55'. The main content area features a central image of a journal cover titled 'vértices' (Dossiê Temático) with the subtitle 'Formação de professores e inclusão de pessoas com altas habilidades ou superdotação: um debate na educação profissional e tecnológica'. Below the image, the source is cited as 'Fonte: <https://essentiaeditora.iff.edu.br/>'. A list of resources is displayed below the image, including 'Editora Essentia: Formação de professores e inclusão de pessoas com altas habilidade ou superdotação: um debate na educação profissional e tecnológica', 'Autonomia e equidade', 'Protocolo para acessibilidade acadêmica', and 'QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO CURSO'.

Fonte: <https://ead2.iff.edu.br/>

Na semana de encerramento do curso, os cursistas responderam ao instrumento de coleta de dados, questionário de avaliação do produto educacional (Apêndice C), utilizando o recurso questionário do Moodle. Treze cursistas finalizaram o preenchimento do questionário de avaliação do produto educacional.

O objetivo do questionário de avaliação do produto educacional foi obter uma devolutiva dos participantes da pesquisa sobre a aplicação do curso.

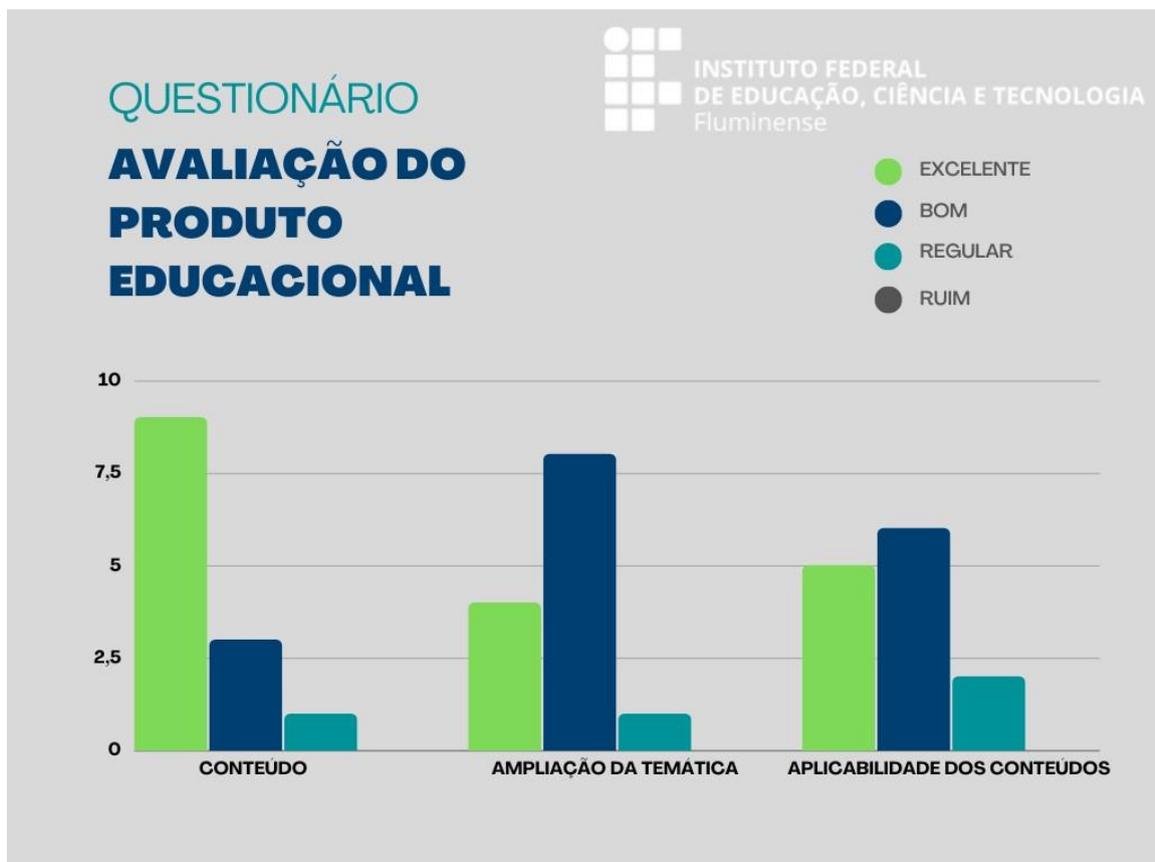
O questionário apresentou três questões fechadas com quatro alternativas de respostas (Excelente, Bom, Regular e Ruim) e duas questões abertas para que os docentes pudessem sugerir melhorias ao produto educacional e temas de interesse para capacitações futuras na área da educação inclusiva.

Quanto à avaliação dos conteúdos abordados no curso, nove docentes consideraram o conteúdo excelente, três docentes consideraram bom e um docente considerou regular.

Quanto à ampliação da compreensão sobre a temática da educação inclusiva, quatro docentes consideraram excelente, oito docentes consideraram bom e um docente considerou regular.

Quanto à avaliação da aplicabilidade dos conteúdos do curso na prática pedagógica, cinco docentes consideraram a aplicabilidade excelente, seis docentes consideraram a aplicabilidade dos conteúdos boa e 2 docentes consideraram a aplicabilidade regular, conforme apresenta-se na Figura 20.

Figura 20: Avaliação do produto educacional.



Fonte: Dados de pesquisa, 2023.

Na questão quatro, os docentes puderam apresentar suas contribuições para melhoria do produto educacional. Entre os aspectos apresentados podemos destacar a solicitação de encontros síncronos, a inclusão de material audiovisual e apresentação de experiências práticas de inclusão.

Na questão cinco, os docentes apresentaram os temas na área da educação inclusiva, que eles gostariam de realizar capacitações, podemos destacar: Transtorno do Espectro Autista – TEA, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH, Língua Brasileira de Sinais – Libras, Deficiência visual e auditiva, open accessibility, Superdotação, Desenho

Universal e adaptação e flexibilização curricular a partir de experiências práticas.

Embora tenham tido suas inscrições efetivadas no curso de Introdução à Inclusão e Acessibilidade Pedagógica, doze cursistas não realizaram nenhum acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, conforme relatório de participantes do Moodle.

O curso de Introdução à Inclusão e Acessibilidade Pedagógica certificou quinze docentes do Instituto Federal Fluminense por meio do Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação do IFFluminense.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto nesta pesquisa, conclui-se que o debate acerca da formação docente na perspectiva de uma educação inclusiva é imprescindível para efetivação do acesso, permanência e participação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A pertinência desta temática deve-se a ampliação do ingresso dos alunos com necessidades educacionais específicas na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Procedente, por exemplo, da promulgação da Lei 13.409 de 2016, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio das instituições federais de ensino.

Uma prática educacional inclusiva requer do docente um planejamento didático-pedagógico que considere a diversidade dos alunos, por exemplo, com o uso de métodos e técnicas pedagógicas, materiais didáticos acessíveis e de recursos da tecnologia assistiva, permitindo a autonomia e a participação dos alunos.

Nesse sentido, a concepção de inclusão educacional orienta as políticas, os currículos, os processos avaliativos, a arquitetura escolar e os recursos humanos na reorganização para atender as singularidades de todos e implica na construção do espaço pedagógico da diversidade.

A concepção de ensino médio integrado à educação profissional e o papel desempenhado pelos institutos federais na oferta de uma educação humana emancipatória, tendo em vista uma formação crítica, autônoma e integral dos seus alunos, estrutura-se a partir da integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, haja vista as possibilidades de formação humana integral, que busca romper com a dualidade estrutural entre educação profissional e educação básica (Moura, 2014).

No que concerne ao alcance dos objetivos definidos para realização desta pesquisa, conclui-se que foram alcançados, tendo em vista a aplicação dos instrumentos de coleta de dados e as informações obtidas sobre a trajetória acadêmica dos docentes que atuam na abrangência do IFFluminense, bem como a aplicação do curso de Introdução à Inclusão e Acessibilidade Pedagógica, por meio da Plataforma de Educação a Distância do IFFluminense, e a análise da sua aplicação. Contribuindo, portanto, para o processo de formação continuada no campo da educação inclusiva dos docentes que atuam nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFFluminense.

Conforme apresentado no decorrer desta pesquisa, existe um aparato legal que busca

assegurar os direitos de acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais específicas aos sistemas de ensino e eliminar as barreiras que impedem a efetivação de um processo de ensino - aprendizagem inclusivo. E entre os recursos e estratégias apresentados, a formação continuada apresenta-se como confluência nessas normativas.

Ressalta-se que as ações e políticas de formação continuada docente devem estar alinhadas aos contextos de atuação dos docentes, bem como as demandas reais e provenientes de sua prática pedagógica. Portanto, as pesquisas futuras dentro desta temática devem sempre partir da escuta e diálogo com os docentes e podem considerar, por exemplo, as temáticas apontadas pelos docentes como mais relevantes para o aprofundamento na área da educação inclusiva: Transtorno do Espectro Autista – TEA, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH, Língua Brasileira de Sinais – Libras, Deficiência visual e auditiva, *open accessibility*, Superdotação, Desenho Universal e adaptação e flexibilização curricular a partir de experiências práticas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEYER, Hugo Otto. Por que Lev Vygotski quando se propõe uma educação inclusiva? *Revista Educação Especial*, Santa Maria, n. 26, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4400/2574> Acesso em 09 jun. 2022.

BORGES, Maria Célia. SILVA, Marlon César da. LEAL, Simone das Graças. A formação docente e o atendimento educacional especializado – mediação para inclusão educacional. *Revista Educação e Políticas em Debate* – v. 8, n. 2, p. 141-157, mai./ago. 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/issue/view/1905>. Acesso em: 10 jun.2022.

BRASIL, CAPES. Documento de Área – Ensino. Brasília, 2019a.

BRASIL. Currículo Institucional: Instituto Federal Fluminense campus Itaperuna. 2021. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/>. Acesso em: 07 mar. 2022.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2022.

BRASIL. IFFluminense. Resolução nº 24, de 19 de maio de 2021. Aprova o Programa de Apoio à Formação Continuada dos Servidores do Instituto Federal Fluminense. Disponível em: [RESOLUÇÃO Nº 24/2021 - CONSUP/IFFLU — Centro de Documentação Digital](#). Acesso em: 10 Jul. 2022.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. Portal do IFFluminense. Disponível em: [Portal do Instituto Federal Fluminense — Portal IFFluminense](#).

BRASIL. Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [L11892 \(planalto.gov.br\)](#) em: 07 mar. 2022.

BRASIL. LEI Nº 13.005, de 25 de junho de 2014 . Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: [L13005 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em: 24 fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 5 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul.2015. Disponível em: [L13146 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em: 24 fev. 2022.

BRASIL. LEI Nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: [L13409 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em: 21 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [L9394 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em: 21 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP N° 1, de 27 de outubro de 2020, dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica – BNCC- Formação Continuada. Disponível: [rcp001_20 \(mec.gov.br\)](http://arquivos.cne.mec.gov.br/arquivos/pdf/CNE_CP_1_20.pdf). Acesso em: 10 Jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP N° 1, de 6 de maio de 2022. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM – Formação). Disponível em: [rcp001_22 \(mec.gov.br\)](http://arquivos.cne.mec.gov.br/arquivos/pdf/CNE_CP_1_22.pdf). Acesso em: 10 Jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducosespecial.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2022.

BRASIL. Resolução do Conselho Nacional de Saúde N° 466, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 7mar. 2023.

BRASIL. Resolução do Conselho Superior N° 22, 20018. Regulamento do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT. Disponível em: Acesso em 7 de mar [Res CS 22 2018 - Regulamento.pdf \(ifes.edu.br\)](http://www.ifes.edu.br/arquivos/pdf/Res_CS_22_2018_Regulamento.pdf). Acesso em: 7 de mar. 2023.

BRASIL. RESOLUÇÃO N.º 20 de 19 de junho de 2015. Regulamentação da Atividade Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. Disponível em: [rcp001_20 \(mec.gov.br\)](http://arquivos.cne.mec.gov.br/arquivos/pdf/CNE_CP_20_15.pdf) . Acesso em: 10 Jul. 2022.

BRASIL. RESOLUÇÃO N.º 33, de 15 de outubro de 2018. Programa de Acessibilidade Educacional do Instituto Federal Fluminense. Disponível em: https://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/marica/painel-do-estudante/nucleo-de-atendimento-as-pessoas-com-necessidades-educacionais-especificas-napnee/resolucao-iff-reitoria-33-2018_programa-de-acessibilidade-educacional-do-instituto-federal.pdf . Acesso em: 24 fev. 2022.

BRASIL. RESOLUÇÃO N° 6, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/ceb-1/pdf/leis/resolucoes_cne/rceb006_12.pdf. Acesso em: 10 Jul.2022.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. 2005. *Revista Trabalho Necessário*. Edição: v. 3 n. 3 (2005). Disponível em: [a formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade | revista trabalho necessário \(uff.br\)](http://www.uff.br/trabalho_necessario/revista-trabalho-necessario/v3n3/a-formacao-integrada-a-escola-e-o-trabalho-como-lugares-de-memoria-e-de-identidade). Acesso em: 24 fev. 2022.

DELLA FONTE, Sandra Soares. Formação no e para o trabalho. Educação Profissional e Tecnológica em Revista. v. 2, n° 2. Vitória: IFES, 2018, p. 6 – 19. em: [\(PDF\) Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar \(researchgate.net\)](https://www.researchgate.net/publication/328111111). Acesso em: 24 fev. 2022.

FERREIRA, Windyz B. Educação inclusiva: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos??? Inclusão - Revista da Educação Especial - Out/2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2022.

FREITAS, Rony. Produtos educacionais na área de ensino da capes: o que há além da forma? Educação Profissional e Tecnológica em Revista. 2021. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1229>. Acesso em: 05 abr. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. organizador. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, 2018. Disponível em: [Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia - Relação com o Ensino Médio Integrado e o Projeto Societário de Desenvolvimento.pdf \(ifes.edu.br\)](https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1229) Acesso em: 05 abr. 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel (organizadora) e SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 15 fev.2022.

LOBÃO, Fabiana de Oliveira. Educação Inclusiva: desafios e conquistas no percurso de acesso, permanência e êxito para os estudantes assistidos pelo NAPNE e a equipe multidisciplinar no IFS/Campus Aracaju. Aracaju, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7902272. Acesso em: 05 abr. 2022.

LURIA, Alexander Romanovich, Vigotskii. In: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 4ª Ed. São Paulo: Ícone, 1998. Disponível em: <https://www.unifal mg.edu.br/humanizacao/wpcontent/uploads/sites/14/2017/04/VIGOTSKI-Lev-Semenovitch-Linguagem-Desenvolvimento-e-Aprendizagem.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (organizadora). O desafio das diferenças na escola. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Produção de conhecimentos para a abertura das escolas às diferenças: a contribuição do LEPED (Unicamp). In: ROSA, D.E.G; SOUZA, V.D. (orgs.). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. (pp. 79-93). Rio de Janeiro: DP&A. 2002. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf> . Acesso em: 04 abr. 2022.

MOODLE. Plataforma de Educação a Distância do IFFluminense. Disponível em [IFFluminense - Seja bem-vindo\(a\)!: Acesso ao site](#) . Acesso em: 5 de set. 2023.

MOURA, Dante Henrique. Trabalho e Formação docente na educação profissional. 1ª Edição. Curitiba. 2014. Coleção Formação Pedagógica. Volume III.

NUNES, Clarisse. MADUREIRA, Isabel. (2015) Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas. Da Investigação às Práticas, 5(2), 126 - 143. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/5211/1/84-172-1-SM>. Acesso em: 13 maio. 2023.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. Formação de professores para a Educação Profissional: concepções, contexto e categorias. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 47-64, 2017.

Disponível em: [\(PDF\) A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO \(PNE\): QUAIS AS PERSPECTIVAS? \(researchgate.net\)](#) Acesso em: 13 mar. 2023.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. CRUZ, José Luis Vianna da. Os Institutos Federais e o desenvolvimento regional: interface possível. *Holos*, Ano 35, v.4, 2019. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7992>. Acesso em: 13 maio. 2022.

PEREIRA. Graziela Aparecida do Nascimento Rodrigues. Formação docente na perspectiva inclusiva: um estudo de caso no IF SUDESTE MG – campus Rio Pomba. Rio Pomba, 2020. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalho> .Acesso em: 08 jun. 2022.

PIRES, Fabíula Tatiane. A formação e a atuação docente na educação profissional e tecnológica: o que revelam as pesquisas dos últimos dez anos? *Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica*. V.2, 2019. Disponível em: [\(PDF\) A formação e atuação docente dos professores da Educação Profissional e Tecnológica: o que revelam as pesquisas dos últimos dez anos? \(researchgate.net\)](#). Acesso em: 04 abr. 2023.

RAMOS, Marise. Filosofia da práxis e práticas pedagógicas de formação de trabalhadores. *Trabalho & Educação | Belo Horizonte | v.23 | n.1 | p. 207-218 | jan-abr | 2014*. Portal do Instituto Federal Fluminense. Disponível em: <https://portal.iff.edu.br>. Acesso em: 04 abr. 2023.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação* v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: [1-4_iniciais.p65 \(scielo.br\)](#). Acesso em: 04 abr. 2023.

TEIXEIRA, Adriana Martins Modesto. VIANNA, Márcia Marin. Formação docente num contexto de inclusão escolar: “alteridade: eu no lugar do outro”. *Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Cap-UERJ)* V.9 – N.20 – Janeiro – Abril de 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos>. Acesso em: 13 maio. 2022.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. *Obras Completas – Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia. / Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE)*. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022. Disponível em: https://www.novoipc.org.br/sysfiles/vigotski_obras_completas.pdf. Acesso em: 09 jun. 2022.

VYGOTSKI, Lev Semyonovich. *A formação social da mente*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1991. 4ª edição brasileira. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3317710/mod_resource/content/2/A%20formacao%20social%20da%20mente.pdf . Acesso em: 10 jun. 2022.

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. *Educação Unisinos*, volume 22, número 2, abril - junho 2018. Disponível em: [Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar | Educação Unisinos](#). Acesso em: 04 mai. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –TCLE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Docente)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada “Formação Docente na Perspectiva da Educação Inclusiva”. O estudo será desenvolvido pela mestrande Thauana Gomes Kort Kamp, aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Fluminense, Campus Centro de Referência, sob orientação do professor e pesquisador Doutor Breno Fabrício Terra Azevedo.

O objetivo desta pesquisa é contribuir para o processo de formação continuada dos docentes que atuam no Instituto Federal Fluminense, na perspectiva da educação inclusiva, visando à inclusão e acessibilidade pedagógica dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Ressalta-se que você tem o direito de recusar ou, a qualquer momento, desistir de participar e retirar seu consentimento, sem qualquer prejuízo, bem como receber uma via do TCLE assinada e rubricada em todas as suas páginas pela pesquisadora e pelo participante de pesquisa.

Os riscos para você, como participante, referem-se à comunicação e divulgação de informações, constrangimentos devido a dificuldades de utilizar algum recurso tecnológico para acesso e participação no curso e exposição do participante no espaço destinado ao curso, tendo em vista que algumas atividades poderão ser desenvolvidas por meio do diálogo e troca entre os participantes, porém os dados coletados serão utilizados na forma de comunicação científica, resguardado o sigilo de sua identificação, garantindo assim a sua privacidade.

A participação nesta pesquisa permite os seguintes benefícios: avanços referentes ao atendimento dos alunos que demandam atendimento e acompanhamento educacional específico. Compreensão das demandas de formação dos professores, no âmbito da educação inclusiva. Ampliação dos espaços de formação continuada, diálogo e enriquecimento da atuação profissional docente. A partir da construção coletiva de estratégias didático-pedagógica, metodologias, avaliação, relação professor – aluno, arquitetura dos espaços educativos e tecnologias assistivas para atender as demandas dos alunos e criar condições adequadas para inclusão.

Para participação na referida pesquisa é necessário o acesso a um computador, notebook ou celular com acesso à internet, como voluntário, você não receberá qualquer

compensação financeira por sua participação.

Sua participação nesta pesquisa constituirá na resposta a dois questionários com questões abertas e fechadas por meio do recurso Questionário do Moodle (um antes e outro após a realização do curso) e a participação em um curso de formação continuada - Curso de Formação a distância: Introdução a Inclusão e Acessibilidade Pedagógica, no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle do IFF.

A proposta de pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Sistema CEP/CONEP. Um Comitê de Ética em Pesquisa - CEP é “um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.” (CNS, Plataforma Brasil).

A qualquer tempo, o Comitê de Ética pode ser consultado para esclarecer dúvidas sobre aspectos éticos da pesquisa. CEP/ISECENSA: Institutos Superiores de Ensino do CENSA. Endereço: Rua Salvador Correa, nº 139, Centro, 2º andar, sala 91. CEP: 28.035-310. Campos dos Goytacazes. E-mail: cep@isecensa.edu.br. Telefone: (22) 2726-2727.

Instituto Federal Fluminense – Campus Centro de Referência.

Thauana Gomes Kort Kamp

Telefone:(22) X.XXXX-XXXX

Email: thauanagomes@id.uff.br

Endereço: XXXXXXXXXXXXX

Campos dos Goytacazes - CEP: XXXXX-XX

Assinatura da pesquisadora responsável

Declaro que entendi os objetivos, os riscos e os meus direitos como participante da pesquisa, bem como o meu consentimento em participar, de forma voluntária, da pesquisa acima descrita, assinando e rubricando as duas vias do TCLE, uma para minha posse e outra para arquivamento da pesquisadora.

Assinatura do participante de pesquisa

DATA: ___/___/___

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DOCENTE

Questão 1

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão



Fonte: <https://portal1.iff.edu.br/>

Em qual unidade do Instituto Federal Fluminense você atua?

Escolha uma opção:

- a. Bom Jesus do Itabapoana
- b. Cabo Frio
- c. Cambuci (Campus Avançado)
- d. Campos Centro
- e. Campos Guarus
- f. Centro de Referência
- g. Cordeiro (Unidade de Formação)
- h. Itaboraí
- i. Itaperuna
- j. Macaé
- k. Maricá (Campus Avançado)
- l. Polo de Inovação
- m. Quissamã
- n. Reitoria
- o. Santo Antônio de Pádua
- p. São João da Barra

Questão 2

Ainda não
respondida

Vale 1,00 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão

Em qual (is) curso (s) você atua no Instituto Federal Fluminense?

Resposta:

Questão 3

Ainda não
respondida

Vale 1,00 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão

Qual (is) disciplina (s) você leciona?

Resposta:

Questão 4

Ainda não
respondida

Vale 1,00 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão

Qual é a sua titulação acadêmica?

Escolha uma opção:

- a. Graduação
- b. Especialização
- c. Mestrado
- d. Doutorado
- e. Outros

Questão 5

Ainda não
respondida

Vale 1,00 ponto(s).

🚩 Marcar questão

⚙️ Editar questão

Já realizou algum curso na área de inclusão?

Resposta:

Questão 6

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

 Marcar questão

 Editar questão

Existe um planejamento institucional voltado à formação continuada dos professores na área da educação inclusiva?

Resposta:

Questão 7

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

 Marcar questão

 Editar questão

Leciona para algum aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação?

Resposta:

Questão 8

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

 Marcar questão

 Editar questão

Já recebeu ou recebe algum suporte da equipe que integra o NAPNEE?

Resposta:

Questão 9

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

 Marcar questão

 Editar questão

Quais temas relacionados à inclusão e acessibilidade pedagógica você gostaria de obter mais informações?

Resposta:

Questão 10

Ainda não
respondida

Vale 1,00 ponto(s).

 Marcar questão

 Editar questão

Ocorre alguma mudança no planejamento das aulas em turmas com aluno com necessidade educacional específica?

Resposta:

Finalizar tentativa ...

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Questão 1

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Marcar questão

Editar questão



Fonte: <https://br.freepik.com>

Os conteúdos abordados no curso foram:

Escolha uma opção:

- a. Excelente
- b. Bom
- c. Regular
- d. Ruim

Questão 2

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Marcar questão

Editar questão

Quanto à ampliação da sua compreensão sobre educação inclusiva:

Escolha uma opção:

- a. Excelente
- b. Bom
- c. Regular
- d. Ruim

Questão 3

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Marcar questão

Editar questão

Aplicabilidade dos conteúdos do curso em sua prática pedagógica:

Escolha uma opção:

- a. Excelente
- b. Bom
- c. Regular
- d. Ruim

Questão 4

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

 Marcar questão

 Editar questão

Quais sugestões você daria para melhorar este curso?

Resposta:

Questão 5

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

 Marcar questão

 Editar questão

Quais temas você sugere para cursos futuros na área da educação inclusiva?

Resposta:

Finalizar tentativa ...

APÊNDICE D – PRODUTO EDUCACIONAL



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

MESTRADO PROFISSIONAL

Instituição Associada IFFluminense

PRODUTO EDUCACIONAL

**TÍTULO: CURSO DE INTRODUÇÃO À INCLUSÃO E
ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA.**

AUTORES: Thauana Gomes Kort-Kamp, Breno Fabricio Terra Azevedo.

CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ

2023

PRODUTO EDUCACIONAL

Foi elaborado e aplicado um curso de formação continuada, na modalidade a distância, intitulado Introdução à Inclusão e Acessibilidade Pedagógica. O produto educacional teve como público - alvo os docentes que atuam nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. Foram disponibilizadas quarenta vagas destinadas aos docentes que atuam na abrangência do Instituto. O Ambiente Virtual de Aprendizagem do Instituto Federal Fluminense foi utilizado como recurso para a materialização do produto educacional. O Moodle do IFFluminense oferece uma diversidade de recursos e ferramentas pedagógicas, que permitiram a elaboração e aplicação do curso. Na última semana do curso foi aplicado o instrumento de coleta de dados, Questionário de Avaliação do Produto Educacional, visando obter uma devolutiva dos cursistas sobre a aplicação do produto educacional.

Link da sala virtual: <https://ead2.iff.edu.br/course/view.php?id=17652>

O Produto Educacional já está cadastrado no Portal EduCAPES:

<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/738770>

GUIA DO CURSISTA

GUIADO CURSO - 2023.1

Nome do curso	Introdução à Inclusão e Acessibilidade Pedagógica.
Modalidade: Educação a Distância	Carga horária: 40h
Período do curso: 27/02/2023 a 31/03/2023	Local: Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle do IFF https://ead2.iff.edu.br/login/index.php
Público- alvo: Docentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal Fluminense.	
Número de vagas: 40	
Objetivo Geral	Contribuir para o processo de formação continuada, no âmbito da educação inclusiva, dos servidores docentes do Instituto Federal Fluminense.
Avaliação	A avaliação prevê a participação dos servidores docentes na realização das atividades propostas ao longo do curso.
SEMANA	TEMAS
Semana 1 (27/02/2023 a 05/03/2023)	Realizar a atividade avaliativa: Questionário Docente. Apresentação dos participantes no Fórum. Acesso aos conteúdos da semana 1: Capacitismo O que é Capacitismo? Atitudes e frases capacitistas para excluirmos do nosso cotidiano. Quais são as atitudes capacitistas? Seja Inclusivo! Guia: ensino, documentos e mídias acessíveis. (Símbolos de acessibilidade)
Semana 2 (06/03/2023 a 12/03/2023)	Acesso aos conteúdos da semana 2: Aspectos Históricos e Legais da Educação Inclusiva. Histórico da Inclusão no Brasil. Embates e Disputas na Política Nacional de Educação Inclusiva.

	<p>Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.</p> <p>Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência.</p>
<p>Semana 3 (13/03/2023 a 19/03/2023)</p>	<p>Acesso aos conteúdos da semana 3: Acessibilidade Pedagógica.</p> <p>Programa de acessibilidade educacional do Instituto Federal Fluminense.</p> <p>Considerações acerca da tecnologia assistiva no cenário educacional brasileiro.</p> <p>Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar.</p> <p>Realizar a atividade avaliativa: Tarefa Envio de arquivo.</p>
<p>Semana 4 (20/03/ 2023 a24/03/2023)</p>	<p>Acesso aos conteúdos da semana 4: Formação docente e inclusão</p> <p>Formação de professores e inclusão de pessoas com altas habilidades ou superdotação: um debate na educação profissional e tecnológica.</p> <p>Guia: ensino, documentos e mídias acessíveis. (Autonomia e equidade)</p> <p>Guia: ensino, documentos e mídias acessíveis (Protocolo para acessibilidade acadêmica)</p> <p>Realizar a atividade avaliativa: Questionário de Avaliação do Curso.</p>
REFERÊNCIAS	
<p>BRASIL. Lei Nº 13.146 de 5 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015.</p> <p>BRASIL. Resolução nº33, de 15 de outubro de 2018. Programa de acessibilidade educacional do Instituto Federal Fluminense. 2018.</p>	

CALHEIROS, David dos Santos; MENDES, Enicéia Gonçalves; LOURENÇO, Gerusa Ferreira. Considerações acerca da tecnologia assistiva no cenário educacional brasileiro. Revista Educação Especial | v. 31 | n. 60 | p. 229-244 | jan./mar. 2018. Santa Maria.

E-book: Guia: ensino, documentos e mídias acessíveis. Universidade Federal Fluminense. Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão. UFF Acessível.

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – Rio Grande do Sul. Módulo II – Marcos Legais, Políticos e Pedagógicos da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; REBELO, Andressa Santos; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. Embates e disputas na política nacional de Educação Especial brasileira. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 45, e217170, 2019.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp-arquivos/pdf/politica.pdf.

SILVA, T. S.; ANJOS, M. B. Formação de professores e inclusão de pessoas com altas habilidades ou superdotação: um debate na educação profissional e tecnológica. Vértices (Campos dos Goitacazes), v. 24, n. 2, p. 622-633, 2022. DOI: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v24n22022p622-633>. Disponível em: <https://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/16969>.

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. Educação Unisinos 22(2):147-155, abril-junho 2018 Unisinos - doi: 10.4013/edu.2018.222.04.

TELAS DE APRESENTAÇÃO DAS SEMANAS DE CURSO

INSTITUTO FEDERAL Fluminense Coordenação de Educação a Distância

Plataforma de **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

Seja bem-vindo(a)! Cursos

Thauana Gomes Kort Kamp

Seja bem-vindo(a)!

Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo. Paulo Freire

INSTITUTO FEDERAL Fluminense Educação a Distância

Meus cursos

- Ambientação ao Moodle 2022 (Macaé)
- Introdução a Inclusão e Acessibilidade Pedagógica
Professor(a): Thauana Gomes Kort Kamp [Aluno(a): 2021/L48-MesProEduProtec.CMac]
- Sala do Professor Formador 1199
Professor(a): Thauana Gomes Kort Kamp [Aluno(a): 2021/L48-MesProEduProtec.CMac]

Todos os cursos

ACESSIBILIDADE

ATIVAR O WINDOWS

Acesse Configurações para ativar o Windows.

IFFluminense - Seja bem-vindo(a)! Cursos Neste curso Participantes

Semana 1: Capacitismo

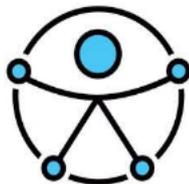
Restrito Disponível se:

- Está em ou depois de 27 de fevereiro de 2023
- É antes de 31 março 2023, 23:55

- QUESTIONÁRIO DOCENTE
- Apresentação dos participantes

Fonte: <https://br.freepik.com>

-  O que é Capacitismo?
-  Atitudes e frases capacitistas para excluirmos do nosso cotidiano
-  Quais são as atitudes capacitistas
-  Seja inclusivo



E-book : Guia: ensino, documentos e mídias acessíveis.

-  Símbolos de acessibilidade

Semana 2: Aspectos Históricos e Legais da Educação Inclusiva

Restrito Disponível se:

- Está em ou depois de **5 de março de 2023**
- É antes de **31 março 2023, 23:55**

-  Histórico da Inclusão no Brasil
-  Embates e Disputas na Política Nacional de Educação Inclusiva
-  Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
-  Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência

Semana 3: Acessibilidade Pedagógica

Restrito Disponível se:

- Está em ou depois de 13 de março de 2023
- É antes de 31 março 2023, 23:55



Fonte: <https://www.istockphoto.com/br>



Programa de acessibilidade educacional do Instituto Federal Fluminense



Considerações acerca da tecnologia assistiva no cenário educacional brasileiro



Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar



Tarefa envio de arquivo



[...] Garantir o acesso à escola regular constitui a dimensão mais fácil de alcançar no processo de inclusão, pois depende sobretudo de decisões de natureza política. Já assegurar a aprendizagem e o sucesso na aprendizagem envolve mudanças significativas nas formas de conceber a função da escola e o papel do professor no processo de ensino e aprendizagem. Trata-se, portanto, de equacionar processos pedagógicos inclusivos que permitam o envolvimento efetivo de crianças e jovens com NEE na aprendizagem [...] (Nunes e Madureira, 2015, p. 7).





Tarefa

Envio de arquivo

01

Considerando os conteúdos disponibilizados no decorrer do curso e sua experiência profissional, analise a citação de Nunes e Madureira (2015) e discorra sobre as possibilidades e limites de efetivação de uma educação inclusiva e a oferta das condições adequadas para o acesso, permanência e participação dos alunos que demandam atendimento educacional específico.

IFFluminense - Seja bem-vindo(a)!

Cursos ▶

Neste curso ▶

Participantes ▶



Semana 4:

Restrito Disponível se:

- Está em ou depois de **18 de março de 2023**
- É antes de **31 março 2023, 23:55**



Fonte: <https://essentiaeditora.iff.edu.br/>

Editora Essentia: Formação de professores e inclusão de pessoas com altas habilidade ou superdotação: um debate na educação profissional e tecnológica

Autonomia e equidade

Protocolo para acessibilidade acadêmica

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO CURSO



ANEXOS

ANEXO A: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



INSTITUTOS SUPERIORES DE
ENSINO DO CENSA /



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Formação docente na perspectiva da educação inclusiva.

Pesquisador: THAUANA GOMES KORT KAMP

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 64139722.5.0000.5524

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.762.204

Apresentação do Projeto:

Apresentação do Projeto foi retirada do arquivo intitulado "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1994761.pdf". O projeto tem como tema "Formação docente na perspectiva da educação inclusiva". "A presente pesquisa será guiada pela seguinte problemática: 'Como a formação continuada dos professores do Instituto Federal Fluminense – Campus Itaperuna, no âmbito da educação inclusiva e da acessibilidade pedagógica, interfere na efetivação de uma prática pedagógica inclusiva?'. Tendo em vista o problema de pesquisa, a hipótese levantada é de que a falta de formação continuada, no âmbito da educação inclusiva, interfere na efetivação de uma prática pedagógica inclusiva e na garantia de um atendimento educacional de qualidade, que ofereça condições adequadas para o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais específicas. Dessa forma, acredita-se que é necessário pensar a construção de espaços de formação continuada que possibilite aos docentes o acesso aos conhecimentos necessários ao atendimento das demandas dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação. O percurso metodológico desta pesquisa seguirá a abordagem qualitativa. Quanto à natureza e objetivos, esta será uma pesquisa aplicada, de cunho exploratório e descritivo, utilizando os procedimentos da pesquisa bibliográfica e documental."

Endereço: Rua Salvador Correa, 139 - Centro - Área branca 2º andar sala 91
Bairro: Centro **CEP:** 28.035-310
UF: RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES
Telefone: (22)2726-2727 **Fax:** (22)2726-2721 **E-mail:** cep@isecensa.edu.br



INSTITUTOS SUPERIORES DE
ENSINO DO CENSA /



Continuação do Parecer: 5.762.204

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral desta pesquisa é contribuir para o processo de formação continuada, na perspectiva da educação inclusiva, dos docentes que atuam nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal Fluminense - campus Itaperuna, visando à inclusão e acessibilidade pedagógica dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Os objetivos específicos desta pesquisa são: 1. Identificar a trajetória acadêmica, no campo da educação inclusiva, dos docentes que atuam nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFF Campus Itaperuna. 2. Elaborar e aplicar um curso para formação continuada dos docentes, na perspectiva da educação inclusiva. 3. Analisar e discutir os resultados provenientes da realização do curso de formação continuada na modalidade a distância, denominado "Introdução a Inclusão e Acessibilidade Pedagógica". (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO)

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Quanto aos riscos o TCLE aponta: "referem-se à comunicação e divulgação de informações, constrangimentos devido a dificuldades de utilizar algum recurso tecnológico para acesso e participação no curso e exposição do participante no espaço destinado ao curso, tendo em vista que algumas atividades poderão ser desenvolvidas por meio do diálogo e troca entre os participantes, porém, os dados coletados serão utilizados na forma de comunicação científica, resguardado o sigilo de sua identificação, garantindo assim a sua privacidade".

Quanto aos benefícios o TCLE esclarece: "avanços referentes ao atendimento dos alunos que demandam atendimento e acompanhamento educacional específico. Compreensão das demandas de formação dos professores, no âmbito da educação inclusiva. Ampliação dos espaços de formação continuada, diálogo e enriquecimento da atuação profissional docente. A partir da construção coletiva de estratégias didático-pedagógica, metodologias, avaliações, relação professor – aluno, arquitetura dos espaços educativos e tecnologias assistivas para atender as demandas dos alunos e criar condições adequadas para inclusão".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O percurso metodológico desta pesquisa seguirá a abordagem qualitativa, de natureza aplicada e exploratória. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – IFF - Campus Itaperuna foi definido como local de investigação e desenvolvimento da pesquisa. Quanto aos

Endereço: Rua Salvador Correa, 139, Centro, Área branca 2º andar sala 91
Bairro: Centro **CEP:** 28.035-310
UF: RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES
Telefone: (22)2726-2727 **Fax:** (22)2726-2721 **E-mail:** cep@isecensa.edu.br



INSTITUTOS SUPERIORES DE
ENSINO DO CENSA /



Continuação do Parecer: 5.762.204

participantes envolvidos na pesquisa, o corpo docente responsável pelos componentes curriculares dos Núcleos Básico e Específico de formação do técnico. Os instrumentos de coleta de dados utilizados serão o Questionário aplicado aos docentes em atuação nos Cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio (Apêndice B) e o Questionário de avaliação do Produto Educacional: Curso de Formação a distância: Introdução a Inclusão e Acessibilidade Pedagógica, aplicado aos docentes que realizarem o curso (Apêndice C). Para aplicação dos questionários será utilizado o aplicativo de gerenciamento de pesquisas: Formulário do Google.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo de "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

Vide campo de "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Quanto ao Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE): todos os requisitos foram atendidos conforme a Resolução CNS n.º 466, de 2012, itens IV.5.d.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do ISECENSA -CEP/ISECENSA de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS no.466 de 2012 e na Norma Operacional no.001 de 2013 da CNS, manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1994761.pdf	08/11/2022 12:21:56		Aceito
Outros	OUTROS.pdf	08/11/2022 12:20:27	THAUANA GOMES KORT KAMP	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_ATUALIZADO.pdf	08/11/2022 12:19:19	THAUANA GOMES KORT KAMP	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	08/11/2022 12:19:00	THAUANA GOMES KORT KAMP	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	15/08/2022 16:11:43	THAUANA GOMES KORT KAMP	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	12/08/2022	THAUANA GOMES	Aceito

Endereço: Rua Salvador Correa, 139 ç Centro ç Área branca 2º andar sala 91
Bairro: Centro **CEP:** 28.035-310
UF: RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES
Telefone: (22)2726-2727 **Fax:** (22)2726-2721 **E-mail:** cep@isecensa.edu.br



INSTITUTOS SUPERIORES DE
ENSINO DO CENSA /



Continuação do Parecer: 5.762.204

Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	17:39:20	KORT KAMP	Aceito
----------------	--------------------	----------	-----------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPOS DOS GOYTACAZES, 17 de Novembro de 2022

Assinado por:
Nilo Terra Arêas Neto
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Salvador Correa, 139 ç Centro ç Área branca 2º andar sala 91
Bairro: Centro **CEP:** 28.035-310
UF: RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES
Telefone: (22)2726-2727 **Fax:** (22)2726-2721 **E-mail:** cep@secensa.edu.br

Página 04 de 04



INSTITUTOS SUPERIORES DE
ENSINO DO CENSA /



Continuação do Parecer: 5.762.204

Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	17:39:20	KORT KAMP	Aceito
----------------	--------------------	----------	-----------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPOS DOS GOYTACAZES, 17 de Novembro de 2022

Assinado por:
Nilo Terra Arêas Neto
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Salvador Correa, 139 - Centro - Área branca 2º andar sala 91
Bairro: Centro **CEP:** 28.035-310
UF: RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES
Telefone: (22)2726-2727 **Fax:** (22)2726-2721 **E-mail:** cep@isecensa.edu.br

Página 04 de 04